

**PROJETO
DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO,
PRODUÇÃO DE DADOS ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS
DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA**

Subprojeto II
Dados Estratégicos para a Educação Profissional:
Oferta, Demanda e Disseminação de Informações

Produto 02

**Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado,
baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED**

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

Convênio 524/2008 Secretaria da Educação / SUPROF – DIEESE

2012



Governo do estado da Bahia**Governador**

Jaques Wagner

Vice – governador

Otto Roberto Mendonça de Alencar

Secretário da Educação

Osvaldo Barreto Filho

Subsecretário

Aderbal de Castro Meira Filho

Chefe de Gabinete

Paulo Pontes da Silva

Superintendente de Educação Profissional

Antonio Almerico Biondi Lima

Equipe Técnica

Carlos Alberto Menezes

Cristina Kawalkievisczk

Maria da Gloria Vieira Lima Franco e Passos

Maria Renilda Daltro Moura

Marlene Virgens Pimentel

Martha Maria Rocha Ramos dos Santos

Neivia Maria Matos Lima

Secretaria da Educação do Estado da Bahia

6ª Avenida, nº 600, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador - BA - CEP
41.745-000

Tel.: (71) 3115-1401 - (71) 3115-9094 - www.educacao.ba.gov.br

Superintendência de Educação Profissional – SUPROF

Tel.: (71) 3115-9018 - suprof@secba.gov.br

DIEESE**Departamento Inters Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Aurora, 957 - 1º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 012009-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@diessse.org.br / <http://www.dieese.org.br>**Direção Sindical Executiva****Zenaide Honório – Presidenta***Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo***Josinaldo José de Barros - Vice-presidente***STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel***Antônio de Sousa – Secretário***STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região***Alberto Soares da Silva - Diretor Executivo***STI de Energia Elétrica de Campinas***João Vicente Silva Cayres - Diretor Executivo***Sindicato dos Metalúrgicos do ABC***Edson Antônio dos Anjos – Diretor Executivo***STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças**Automotivas da Grande Curitiba***Neiva Maria Ribeiro dos Santos - Diretora Executiva***Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Osasco e Região***José Bittencourt Barreto Filho - Diretor Executivo***Sindicato dos Eletricitários da Bahia***José Carlos Souza - Diretor Executivo***STI de Energia Elétrica de São Paulo***Luís Carlos de Oliveira - Diretor Executivo***STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região***Mara Luzia Feltes - Diretora Executiva***Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações,**Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul***Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo***Fed. dos Trab. em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo***Maria das Graças de Oliveira - Diretor Executivo***Sind. dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco***Direção Técnica**

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico / Coordenador de Pesquisas

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Escritório Regional - BA

Rua do Cabral, 15 - Nazaré - Salvador - BA - CEP 40055-010

Tel.: (71) 3242-7880 - Fax: (71) 3326-9840 - erba@dieese.org.br

Direção Sindical**Mauricio Jansen Klajman – Coordenador**

ST no Ramo Químico e Petroleiro do Estado da Bahia

Elder Fontes Perez – Secretário

Sindicato dos Bancários da Bahia

Antonio Claudio dos Santos Silva – Diretor

Sindicato dos Vigilantes do Estado da Bahia

Edmilson Rosa de Almeida – Diretor

FTI Alimentos e Afins do Estado da Bahia

Grigório Mauricio dos Santos Rocha – Diretor

ST em Água e Esgoto da Bahia

Natan Batista dos Santos – Diretor

STI Metalúrgicos do Estado da Bahia

Paulo Roberto Silva dos Santos – Diretor

STI Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagens, Montagem e Manutenção Industrial da Bahia

Supervisão técnica

Ana Georgina Dias

Ficha Técnica do Convênio SEC/SUPROF/DIEESE**Coordenação**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Ana Georgina da Silva Dias – Supervisora Técnica do ER/Bahia

Patrícia Lino Costa – Supervisora Técnica de Projetos

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Lavínia Maria de Moura Ferreira – Coordenadora do Projeto e do Subprojeto III

Maria Valéria Monteiro Leite – Coordenadora do Subprojeto I

Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador do Subprojeto II

Financiamento

Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo I – A experiência do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República	8
Capítulo II – A metodologia de levantamento de indicadores da Educação Profissional da Bahia	23
Capítulo III – Indicadores da Educação Profissional da Bahia: análise dos resultados	28
Referências bibliográficas	52
Anexos	53
Anexo 1 - Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores	54
Anexo 2 - Tabelas com as séries históricas dos indicadores construídos	70
Anexo 3 - Quadro síntese das atividades realizadas (cursos, seminários, fóruns e oficinas) no âmbito do Convênio Secretaria da Educação/SUPROF nº 524/2008 – DIEESE de 2009 a 2011	82

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta o Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED e insere-se no âmbito do *Subprojeto II – Dados Estratégicos para a Educação Profissional: Oferta Demanda e Disseminação de Informações*, integrante do **Projeto: Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia, Convênio Nº. 524/2008 Secretaria da Educação/SUPROF – DIEESE.**

Esse projeto tem como eixo o reconhecimento da educação como um direito fundamental do cidadão e o exercício da cidadania como ação e participação cotidiana nos espaços públicos de negociação do interesse comum e de gestão das políticas públicas.

E buscou responder aos desafios do Governo do Estado da Bahia de renovar e expandir a Educação Profissional no Estado da Bahia a partir da visão de inclusão social, desenvolvimento da cidadania e melhoria das condições de inserção no mercado de trabalho. Busca corroborar, portanto, com o cumprimento das metas do governo que apontam para a ampliação do atendimento, promoção da efetividade social, fortalecimento da gestão operacional e fortalecimento institucional da educação profissional na Bahia, primando pela qualidade e sustentabilidade.

No *Subprojeto II* entende-se que a disponibilidade de informações sobre a questão da educação profissional é fundamental para subsidiar a elaboração das políticas públicas e a tomada de decisões, desde a análise da relação entre educação formal e mercado de trabalho até a identificação da oferta e demanda local pela educação. O eixo condutor das ações deste subprojeto está na preparação e subsídio para o exercício da intervenção qualificada dos atores sociais através do desenvolvimento de metodologia, produção de informações e disseminação do conhecimento produzido.

Em particular, este relatório sistematiza os resultados alcançados com o desenvolvimento do *Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de Educação Profissional do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED* cujo objetivo foi identificar e adotar uma metodologia apropriada de levantamento de indicadores de Educação Profissional do Estado da Bahia, de modo a contribuir, por meio do estudo sistemático sobre as principais bases de dados, para as abordagens analíticas que buscam o mapeamento das demandas de políticas e ações, auxiliando a elaboração e avaliação das políticas públicas de educação profissional.

Para isso, buscou-se a referência do trabalho desenvolvido pelo Observatório da Equidade, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES). A metodologia de observação proposta, descrita no primeiro capítulo do presente relatório, busca articular representantes de importantes entidades que trabalham com determinado tema e produtores de informação para definição de uma matriz de problemas que caracterizam o tema tratado, suas causas e indicadores que deveriam ser elaborados e monitorados para se acompanhar a dinâmica do segmento e os resultados das políticas públicas.

No segundo capítulo, apresentam-se os procedimentos utilizados para o estado da Bahia, a partir da metodologia apropriada, cujo foco é a Educação Profissional que é oferecida pela rede pública estadual da Bahia. Relata, portanto, todo o processo de construção da metodologia desde a mobilização das entidades para conhecimento e identificação do macro-problema, suas causas e problemas relacionados até a fase de construção, definição e cálculo dos indicadores e análise dos resultados.

Por fim, o Capítulo III apresenta o macro problema identificado, suas causas e problemas relacionados, assim como os indicadores que estão sendo propostos para verificação, acompanhamento e monitoramento, e, quando disponíveis nas estatísticas produzidas atualmente no Brasil é feita a análise de seus resultados.

CAPÍTULO I – A EXPERIÊNCIA DO OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES) DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os fundamentos da metodologia desenvolvida pelo Observatório da Equidade para a construção de indicadores referentes ao problema das desigualdades educacionais no Brasil.

O Observatório da Equidade, instituído em 2006, é uma estrutura orgânica do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES –, órgão consultivo da Presidência da República. A finalidade do Observatório

(...) é aportar capacidade e instrumentos para acompanhar o enfrentamento do problema das desigualdades na sociedade brasileira e apoiar a proposição de políticas públicas e ações sociais que possam efetivamente promover maior equidade. Além de informar as deliberações do CDES sobre as políticas públicas e suas repercussões no fenômeno das desigualdades, a produção do Observatório da Equidade visa também ampliar o conhecimento e a capacidade da sociedade de debater, sugerir propostas, monitorar, avaliar e cobrar resultados das políticas governamentais e das ações dos demais atores sociais. (BRASIL, 2006, p. 5)

Os fundamentos da metodologia de observação foram definidos no âmbito da estratégia adotada pelo Observatório da Equidade para orientar a escolha dos instrumentos de análise e o acompanhamento dos temas de observação. Desde a criação do Observatório, dois problemas vêm sendo investigados: as desigualdades educacionais e, mais recentemente, a estrutura tributária injusta. No primeiro tema, os “ciclos de observação” vêm, desde 2006, focalizando o macroproblema definido como “O nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual” (BRASIL, 2006). O macroproblema se desdobra em seis problemas, referentes a:

1. persistência do analfabetismo,
2. acesso restrito à educação infantil,
3. disparidades de acesso, qualidade e conclusão do ensino fundamental,
4. disparidades de acesso, qualidade e conclusão do ensino médio,
5. acesso restrito ao ensino superior, e
6. insuficiência de oferta de qualidade e desarticulação da educação técnica e profissional.

A esses problemas foram associados fatores causais. E, tanto para o macroproblema quanto para os problemas e fatores causais, foram identificados indicadores que descrevem as questões levantadas e possibilitam o monitoramento de sua evolução.

Neste relatório, será dado destaque aos indicadores relacionados às questões da educação técnica e profissional.

1. – METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1.1.– Condições e Pressupostos

O processo de construção dos indicadores referentes aos problemas analisados deriva da estratégia metodológica assumida pelo CDES para o Observatório da Equidade, que dispõe sobre o *acionamento de um conjunto de atores* – o Pleno do CDES, o Conselho Diretor, o Comitê Técnico do Observatório e a Rede de Observação.

A estratégia metodológica do Observatório da Equidade articula a dimensão técnica e a política como elementos constituintes dessa ferramenta que é, em primeira instância, uma ferramenta de pedagogia política que pretende construir e disponibilizar conhecimento para fundamentar proposições do CDES e da sociedade. (BRASIL, 2009, p. 17).

Cada um dos atores tem atribuições específicas e articulam um processo de discussão e de elaboração de propostas e sugestões, a serem encaminhadas à Presidência, para enfrentamento do problema identificado.

O **Pleno do CDES** indica o Conselho Diretor do Observatório, constituído por 12 conselheiros, define o problema e os aspectos a serem observados, examina os Relatórios de Observação e delibera sobre o Parecer de Observação, encaminhando os documentos aprovados para o/a Presidente da República e para divulgação à sociedade.

O **Conselho Diretor** coordena o trabalho do Observatório, examina os Relatórios de Observação e elabora proposta de Parecer de Observação, incluindo recomendações, para submissão ao Pleno do CDES.

O **Comitê Técnico** define e executa os procedimentos técnicos para o estudo do problema colocado pelo CDES e prepara os Relatórios de Observação.

A **Rede de Observação**, formada por adesão de organizações governamentais e não governamentais dedicadas ao tema a ser observado, atua como elemento multiplicador das ações técnicas e políticas do CDES ao divulgar informações, experiências e ações e ao contribuir com informações e análises em reuniões presenciais ou por meio eletrônico.

O Observatório da Equidade produz os seguintes documentos:

Relatório de Observação – resultado técnico do processo de observação, elaborado pelo Comitê Técnico e enriquecido pelo debate com a Rede de Observação e suas contribuições.

Parecer de Observação – resultado político do processo de observação, com análises do CDES sobre o problema e recomendações para políticas e ações. O documento é proposto pelo Conselho Diretor e apreciado pelo Pleno do CDES.

Os indicadores dos temas observados passam por atualizações periódicas, que são publicadas nos sucessivos Relatórios de Observação, permitindo o acompanhamento de sua evolução.

1.2. – O método de observação das desigualdades educacionais

Conforme a descrição apresentada no Relatório de Observação de 2009, o método de trabalho do Observatório da Equidade, denominado de ***método de observação***, percorre as seguintes etapas:

1 – Definição do objeto

As decisões sobre o campo de observação são tomadas pelo Plenário do CDES, [...] e atendem a critérios políticos, como a capacidade de mobilização para o debate, seja no âmbito interno, seja na sociedade; a possibilidade de dialogar com diferentes políticas públicas e com a complexidade da questão das desigualdades, [...].

2 – Mapeamento da situação inicial

A análise técnica do campo de observação é encaminhada por uma equipe interinstitucional, envolvendo especialistas da Secretaria do CDES, do IPEA, IBGE, e DIEESE, entre outras organizações produtoras de informação sobre políticas públicas no Brasil. O trabalho técnico envolve a identificação e o diagnóstico situacional dos problemas por meio de informações de bancos de dados oficiais, do tratamento estatístico e da qualificação de indicadores criteriosamente selecionados.

3 – Construção de indicadores de acompanhamento

Segundo a metodologia, “a seleção e construção de indicadores apropriados à leitura atual e acompanhamento continuado da situação observada seguem alguns critérios. [...] , um indicador precisa: a) ser consistente e basear-se em dados confiáveis, com disponibilidade de série histórica e com abrangência nacional; b) traduzir problemas e fatores intervenientes identificados como causadores de desigualdades, revelando sua magnitude, complexidade e urgência no enfrentamento da situação exposta pela observação; c) permitir o acompanhamento por meio da mensuração das modificações na situação observada ao longo do tempo”.

4 – O desenho do futuro

Identificada a situação inicial e os indicadores de acompanhamento de situações futuras, a metodologia do Observatório da Equidade mapeia as metas indicadas nas políticas públicas e em ações promovidas pela sociedade, analisa a viabilidade, a desagregação temporal e as condições de implementação necessárias à promoção da equidade.

5 – Participação da Rede de Observação

As análises formuladas pela equipe técnica são debatidas com organizações especializadas no tema observado, que constituem a Rede de Observação. [...] A conjugação dessas duas qualificações – o rigor técnico e a sinergia do debate construído a partir da diversidade de olhares sobre o problema – aumenta o potencial de contribuição que o processo de construção dos conhecimentos tem para que o CDES e a sociedade sejam informados sobre a realidade brasileira.

6 – Relatório e Parecer de Observação

Após o processo de análise e de debate com a Rede, o Relatório de Observação é elaborado pelo Comitê Técnico [...]. O Relatório subsidia o debate no Conselho Diretor sobre as recomendações que os resultados sugerem para as políticas públicas e ações sociais e a elaboração da proposta de Parecer de Observação, que será submetido à aprovação do plenário do CDES.

7 – Apresentação ao pleno do CDES e aprovação

Em reunião plenária, o CDES considera os resultados apresentados no Relatório e aprecia a proposta de Parecer de Observação que, sendo aprovado, é encaminhado ao Presidente da República e à sociedade.

8 – Relatório de acompanhamento

O acompanhamento regular na situação observada resulta em atualizações periódicas nos indicadores sempre que novas informações são produzidas pelas fontes de dados utilizadas. As atualizações são disponibilizadas para conhecimento e contribuições da Rede de Observação e do Conselho Diretor, que decide o encaminhamento a ser sugerido ao Pleno do CDES. (BRASIL, 2009, p. 19 e 20.)

No que diz respeito às desigualdades educacionais, em 2006, o CDES apontou como objetivo referente ao tema da observação:

Ampliar significativamente o nível de escolaridade da população brasileira, com vistas à formação integral do cidadão e equidade no acesso a emprego e renda, enfrentando os seguintes desafios: i) erradicar o analfabetismo; ii) universalizar a conclusão da educação básica (do infantil ao médio), com qualidade, às faixas etárias próprias; iii) garantir, aos que demandem, educação profissional de qualidade.

Para tanto, Estado e sociedade civil promoverão iniciativas que incidam sobre os fatores que interferem no desempenho do sistema educacional, mediante políticas públicas integradas, aumento substancial dos gastos com educação, mobilização e adesão social. (BRASIL, 2006, p. 11.)

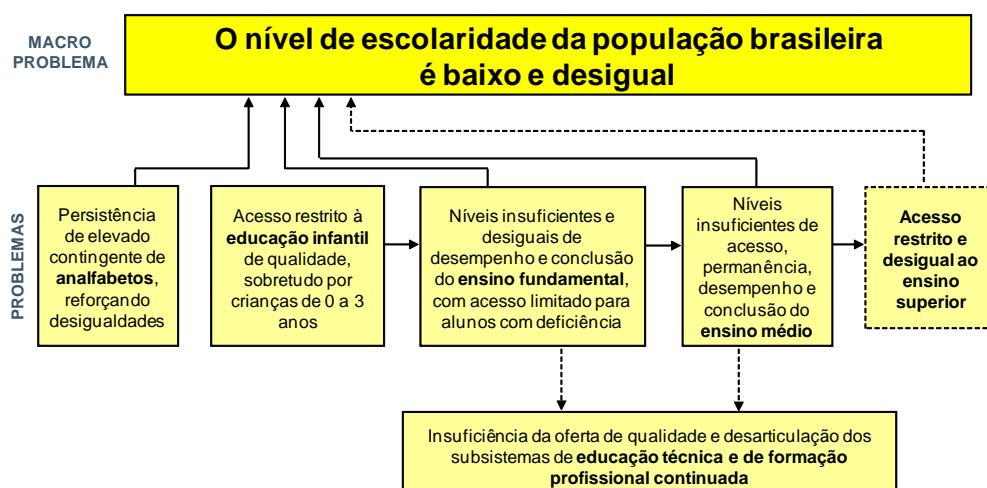
Inicialmente o método adotado trata da definição do objeto, legitimado pelo CDES e pelo Conselho Diretor do Observatório da Equidade (**momento 1**).

Na sequencia, o reconhecimento da situação inicial e construção de indicadores de monitoramento (**momentos 2 e 3**) são conduzidos pelo Conselho Diretor e pelo Comitê Técnico e a respectiva equipe de trabalho, que procedem à análise do objeto definido anteriormente. Cinco instituições produtoras de informação constituíram essa equipe técnica – IPEA, IBGE, DIEESE, MEC e MTE –, disponibilizando especialistas e conhecimentos acumulados sobre o campo de observação.

O processo de selecionar e construir indicadores adequados à descrição da situação atual e monitoramento continuado da educação profissional e das demais modalidades de ensino demandou o mapeamento e tratamento estatístico das informações existentes, a validação e análise de dados. Tais procedimentos revelam-se indispensáveis para a leitura qualitativa e quantitativa dos problemas e para a estruturação de um esquema explicativo com seus descritores e causas.

A configuração abaixo traduz a possibilidade escolhida de quadro explicativo da situação atual da educação, indicando um macro problema, potencializado por problemas específicos.

OS PROBLEMAS E AS DESIGUALDADES NA ESCOLARIZAÇÃO DO BRASIL



FONTE: Brasil, 2009, p. 23.

Os Relatórios de Observação abordam, com indicadores e análises, todos os níveis da formação escolar (educação infantil, fundamental, médio, técnica e profissional e superior) e a articulação do sistema educacional e de seus gestores e responsáveis. Os Pareceres de Observação, por sua vez, trazem recomendações para todo o sistema educacional e sua articulação.

Este relatório ressaltará apenas os indicadores de educação profissional.

1.3.– A Construção dos Indicadores de Educação Profissional

O Suplemento sobre Educação Profissional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007/IBGE, os dados estatísticos do MEC/INEP e os registros do CAGED/MTE foram as principais fontes utilizadas para a elaboração dos *indicadores de observação* dos problemas da educação profissional no Brasil.

O Suplemento da PNAD 2007 forneceu dados sobre a cobertura e acesso à educação profissional segundo renda, idade, sexo, cor/raça, grandes regiões, segmentos de educação profissional (qualificação profissional / formação inicial e continuada; educação técnica profissional de nível médio e graduação tecnológica), cursos realizados e instituições de ensino profissional. A sistematização desses dados também possibilitou uma leitura sobre a qualidade da educação profissional e sobre uma determinada demanda potencial por qualificação.

Os dados do INEP permitiram caracterizar as condições de oferta da educação profissional com informações sobre o estoque de unidades de ensino e alguns equipamentos escolares, além de informar sobre a demanda por qualificação resultante da totalidade de matrículas nos cursos profissionalizantes.

A categorização de informações e o tratamento estatístico apropriado possibilitaram construir os indicadores para a análise da situação atual e monitoramento dos problemas da educação profissional e suas causas, externalizando **as condições da oferta, a articulação entre modalidades de ensino e aspectos de qualidade da educação profissional**. Observe-se que, dos fatores identificados como *causas* vinculadas aos três aspectos da questão da educação profissional, a maioria vem sendo acompanhado desde 2006, mas alguns foram incluídos desde então e outros foram reelaborados. Apresentam-se, a seguir, as causas conforme identificadas no Relatório de Observação de 2009.

Quanto às **condições de oferta**, as *causas* identificadas foram:

1. insuficiência de recursos para financiamento da educação profissional;
2. inexistência de previsão legal de financiamento para a educação profissional técnica;
3. inadequação da oferta às demandas / necessidades dos segmentos envolvidos (trabalhadores e empresas segundo setor de atividade);
4. incipientes mecanismos e instrumentos de identificação e prospecção da demanda de educação profissional; e
5. concentração territorial da oferta de educação profissional.

Em relação à **articulação entre modalidades de ensino**, levantaram-se os seguintes problemas:

1. fragmentação das redes e incipientes mecanismos de articulação na educação profissional;
2. baixa complementaridade entre os subsistemas da educação profissional;
3. inexistência de interlocução entre as redes de educação profissional; e
4. insuficiente integração da formação inicial e continuada/qualificação profissional com elevação da escolaridade.

No que tange à **qualidade da educação profissional**, apontaram-se estes problemas:

1. qualificação insuficiente dos professores de formação inicial e continuada de trabalhadores;
2. inadequação do material didático de formação inicial e continuada de trabalhadores;
3. precariedade e/ou defasagem dos laboratórios das instituições de educação profissional;
4. distanciamento da prática educativa nos cursos de educação profissional em relação às necessidades de aprendizagem demandadas pelas empresas;
5. ausência de critérios de qualidade na formação inicial e continuada de trabalhadores;
6. ausência de sistema de avaliação da educação profissional; e
7. ausência de sistema nacional de certificação profissional de trabalhadores.

Para cada uma das dezesseis *fatores causais* acima listados, buscou-se propor pelo menos um indicador, que possibilitasse, primeiro, constatar a dimensão atual do problema e, depois, acompanhar sua evolução. Uma das causas, porém, não tem indicador designado (“inadequação do material didático de formação inicial e continuada de trabalhadores”) e duas causas compartilham o mesmo indicador (baixa complementaridade entre os subsistemas da educação profissional”) e (“inexistência de interlocução entre as redes de educação profissional”). Ademais, alguns indicadores propostos não contam ainda com bases de dados que permitam sua construção efetiva. E outros dependem de pesquisas esporádicas.

O Quadro I traz os indicadores pensados para avaliar a viabilidade dos recursos para financiamento da educação profissional e as condições de adequação da oferta às demandas dos segmentos envolvidos (trabalhadores e empresas).

QUADRO I
INDICADORES DE OFERTA

CAUSAS/ PROBLEMAS	INDICADORES	FONTES
I-Insuficiência de recursos para financiamento da educação profissional	- Proporção do gasto público com educação profissional em relação ao total do gasto público com educação	MEC/INEP
	Número Índice do gasto federal com educação profissional (ano base = 2003)	
	- Proporção do gasto federal com educação profissional em relação ao gasto público com educação profissional	MEC/INEP
II – Inexistência de previsão legal de financiamento para a educação profissional técnica	- Andamento do Projeto de Lei para criação do FUNDEP	
III – Inadequação da oferta às demandas / necessidades dos segmentos envolvidos (trabalhadores e empresas por setores de atividade)	- Proporção de matrículas na educação técnica de nas 10 áreas de maior oferta de emprego.	MEC/INEP e MTE/ CAGED
IV – Incipientes mecanismos e instrumentos de identificação e prospecção da demanda de educação profissional	- Proporção de matrículas na formação inicial e continuada de trabalhadores nas 10 áreas de maior oferta de emprego.	MEC/INEP e MTE/ CAGED
V– Concentração territorial da oferta de educação profissional	- Distribuição de matrículas na formação inicial e continuada de trabalhadores e distribuição da PEA, por região	MEC/INEP
	- Distribuição de matrículas na educação técnica e distribuição da PEA, por região	MEC/INEP
	- Proporção de municípios com oferta de educação técnica	MEC/INEP
	- Proporção de matrículas na educação técnica nos municípios das capitais	MEC/INEP

Para identificar as condições de articulação da educação profissional com as demais modalidades de ensino foram adotados dois indicadores vinculados ao âmbito institucional de gestão do sistema e outro, ao avanço educacional individual, o que pode ser visualizado no Quadro II.

QUADRO II INDICADORES DE ARTICULAÇÃO

CAUSAS/ PROBLEMAS	INDICADORES	FONTES
VI– Fragmentação das redes e incipientes mecanismos de articulação na educação profissional	- Ausência de um sistema integrado de informação para os três níveis de educação profissional.	MEC/CNE
VII – Baixa complementaridade entre os subsistemas da educação profissional	- Proporção de Câmaras de Educação Profissional nos Conselhos de Educação	MEC/CNE
VIII – Inexistência de interlocução entre as redes de educação profissional		
IX– Insuficiente integração da formação inicial e continuada dos trabalhadores com elevação da escolaridade	- Proporção de concluintes de cursos do PNQ que realizaram cursos com elevação de escolaridade	MTE/PNQ

No intuito de caracterizar e acompanhar a qualidade da educação profissional ofertada, conforme se apresenta no Quadro III, estabeleceram-se indicadores sobre a formação dos professores, a disponibilidade de recursos pedagógicos e a (des) sintonia entre a qualificação possibilitada pelos cursos profissionalizantes e as necessidades demandadas pelas empresas.

QUADRO III INDICADORES DE QUALIDADE

CAUSAS/PROBLEMAS	INDICADORES	FONTE
X- Qualificação insuficiente dos professores de formação inicial e continuada dos trabalhadores	- Proporção de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores com escolaridade adequada e/ou mínimo de 2 anos de experiência	SISTEMA S

QUADRO III
INDICADORES DE QUALIDADE

CAUSAS/PROBLEMAS	INDICADORES	FONTE
	- Proporção de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores com certificação	SISTEMA S
	- Proporção de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores em cursos de formação	SISTEMA S
XI - Inadequação do material didático de formação inicial e continuada de trabalhadores		
XII - Precariedade e/ou defasagem dos laboratórios das instituições de educação profissional	-Proporção de estabelecimentos de ensino de educação profissional que dispõem de laboratórios, por região	MEC/INEP
XIII - Distanciamento da prática educativa nos cursos de educação profissional em relação às necessidades de aprendizagem demandadas pelas empresas	-Proporção de pessoas que concluíram cursos de educação profissional técnica e que não trabalham na área que (<i>sic</i>) se formaram	IBGE/PNAD 2007
XIV - Ausência de critérios de qualidade na formação inicial e continuada de trabalhadores	-Proporção de pessoas que concluíram cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e que não trabalham na área que (<i>sic</i>) se formaram	IBGE/PNAD 2007
XV - Ausência de sistema de avaliação da educação profissional		(Projeto em elaboração - MTE e MEC)
XVI - Ausência de sistema nacional de certificação profissional de trabalhadores		(Lei 11.892/2008 autoriza IFET)

1.4.– O Debate das Políticas com a Sociedade e a Construção do Futuro

Para além da descrição e aproximações de mensuração dos problemas da educação profissional, o método de observação adotado prevê ações que possibilitam um

“desenho do futuro” (**momento 4**) baseado na institucionalidade vigente. Para tal, foram analisados documentos e iniciativas públicas e privadas e suas respectivas metas e projeções, assim como os marcos jurídicos institucionais da área educacional (Plano Nacional de Educação e Plano Plurianual).

As metas existentes para a educação profissional, inscritas no Plano Nacional de Educação, projetam a cada cinco anos triplicar a oferta de cursos básicos e médios, para a educação permanente para excluídos do mundo do trabalho, para os matriculados ou egressos do ensino médio e para a população em idade produtiva. Já o CDES projeta para o futuro próximo a ampliação e consolidação da rede de educação tecnológica.

A etapa seguinte do método de observação (**momento 5**) situa a incorporação da Rede de Observação como ator privilegiado no processo de trabalho desenvolvido pelo Observatório da Equidade, possibilitando ampliar o debate sobre os problemas e desafios objetivados pelo intercâmbio entre olhares e saberes diversos, pela divulgação de experiências e ações exitosas.

A Rede de Observação é concebida como instrumento de abordagem pedagógica da mediação entre a sociedade civil, CDES e o governo federal, com a perspectiva de democratizar e dar transparência aos processos do CDES na elaboração de recomendações, na formulação e adequação de políticas públicas, bem como no seu acompanhamento e avaliação.

A estratégia de interação desenvolvida pelo Observatório da Equidade junto à Rede se traduz na realização de oficinas para debate e análise de informações, seminários presenciais e debate virtual sobre temas educacionais, como a discussão e validação dos indicadores da educação profissional no país.

A Rede que integra o fórum de discussão e deliberação do Observatório da Equidade no tema das desigualdades educacionais é composta por 72 organizações de todas as regiões do país, entre 22 ONGs, nove associações de classe, cinco sindicatos de trabalhadores, 18 universidades e institutos de pesquisa e 18 instituições governamentais além de cinco organismos internacionais.

Desde a instituição do Observatório, já foram elaborados publicados quatro Relatórios de Observação (em 2006, 2007, 2009 e 2010) e três Pareceres (em 2006, 2007 e 2009) sobre as desigualdades educacionais. Esses documentos revelam o intento de participação da sociedade civil nas definições e acompanhamento das políticas públicas no país.

2. – CONSIDERAÇÕES SOBRE O “MÉTODO DE OBSERVAÇÃO”

No que diz respeito à educação profissional, alguns indicadores foram escolhidos e validados. Esses indicadores passaram a integrar um glossário, que detalha o

processamento realizado e foi divulgado na primeira edição do Relatório de Observação de 2007, como indicado no quadro IV ao final dessa seção.

A definição dos indicadores de educação profissional, como um dos instrumentos de acompanhamento das questões da desigualdade na educação para o trabalho, resultou do método de trabalho adotado quando da implantação do Observatório da Equidade e também da composição e organização do próprio Observatório. A definição dos indicadores foi chancelada por critérios de natureza técnica, política e operacional. Todo o processo terminou por promover:

- o aporte de capacitação mediante a constituição de uma equipe de especialistas no tema da educação, inclusive da profissional e técnica, cujo acúmulo teórico-prático possibilita desenvolver e testar uma metodologia de observação e gerar respostas no tempo disponível;
- a definição de um método de trabalho interinstitucional que envolve técnicos de instituições produtoras de informação e estatísticas socioeconômicas;
- o estabelecimento de parâmetros do processo de trabalho e da divisão de responsabilidades entre as instituições convidadas e a Secretaria do CDES;
- a constituição de canais de interlocução com os movimentos sociais e demais segmentos da sociedade civil, legitimando um outro olhar sobre o objeto de observação ao trabalhar com pesquisadores das organizações da Rede de Observação; e
- a divulgação dos resultados da observação sistematizados no Relatório Anual de Observação, dotado de densidade técnica e simplicidade de linguagem.

A composição, organização e forma de trabalhar do Observatório e sua articulação ao CDES conduziram à conjunção entre o rigor técnico e a sinergia do debate, viabilizada pela diversidade de olhares sobre o problema em observação. Além da origem diversificada dos membros da equipe técnica e do Conselho Diretor, a Rede de Observação, no caso do estudo das desigualdades educacionais, era formada por 76 instituições. Essa forma de funcionamento do Observatório da Equidade constitui pressuposto do processo de construção de conhecimento adotado e do seu potencial de informação e intervenção sobre a realidade educacional brasileira.

QUADRO IV
GLOSSÁRIO DE INDICADORES – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

INDICADORES	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTE DE DADOS
Relação entre matrículas na educação profissional técnica e estimativa da demanda potencial	Número de matrículas da educação profissional de nível técnico (concomitante e integrado) dividido pela demanda potencial (soma das matrículas no 1º e 2º anos do ensino médio e no EJA médio)	INEP/Censo Escolar
Proporção do gasto público com educação profissional em relação ao total do gasto público com educação	Valor do gasto público com educação profissional dividido pelo valor do gasto total público com educação	INEP
Número Índice do gasto federal com educação profissional (ano base = 2003)	Denomina-se número índice o quociente de variável enfocada entre datas distintas. Nesse quociente, o numerador é chamado valor considerado (ou corrente), e denominador, valor base (ou de referência)	INEP
Proporção do gasto federal com educação profissional em relação ao gasto público total com educação profissional	Valor do gasto federal com educação profissional dividido pelo valor do gasto público total com educação profissional	INEP
Proporção de matrículas na formação inicial e continuada de trabalhadores de nível médio nas 10 áreas de maior oferta de emprego	A partir do levantamento do CAGED das 10 famílias ocupacionais que mais geraram empregos, procedemos à seleção das áreas de cursos do Censo Escolar correspondentes a estas ocupações e dividimos as matrículas destes cursos pelo total de matrículas na educação profissional de nível técnico	INEP/Censo Escolar e CAGED
Distribuição de matrículas na formação inicial e continuada de trabalhadores e distribuição da PEA, por região	Soma das matrículas dos cursos de formação inicial e continuada das entidades do Sistema S e dos cursos do PNQ em cada região dividido pelo total do País e comparado com a distribuição da PEA, por região	MTE/PNQ; IBGE/PNAD

QUADRO IV
GLOSSÁRIO DE INDICADORES – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

INDICADORES	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTE DE DADOS
Distribuição de matrículas na educação técnica e distribuição da PEA, por região	Comparação entre o número de educandos da educação técnica de cada região dividido pelo total e a população economicamente ativa de cada região dividida pelo total	INEP/Censo Escolar; IBGE/PNAD
Proporção de municípios com oferta de educação técnica	Número de municípios que ofertam cursos de educação técnica dividido pelo total de municípios	INEP
Proporção de matrículas na educação técnica nos municípios das capitais	Número de matrículas na educação técnica nas capitais dividido pelo número total de matrículas	INEP
Proporção de concluintes de cursos do PNQ que realizaram cursos com elevação de escolaridade	Número de concluintes dos cursos do PNQ que realizaram cursos com elevação de escolaridade dividido pelo total de concluintes do PNQ	MTE/SIGAE (Base de Gestão da Qualificação)
Proporção de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores com escolaridade adequada e/ou mínimo de 2 anos de experiência	Número de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores do Sistema S com X grau de formação e/ou mínimo de 2 anos de experiência dividido pelo total de professores do Sistema S	Sistema S
Proporção de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores com certificação	Número de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores do Sistema S com certificação dividido pelo total de professores do Sistema S	Sistema S
Proporção de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores em cursos de formação	Número de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores do Sistema S que estão fazendo cursos de formação dividido pelo total de professores do Sistema S	Sistema S

QUADRO IV
GLOSSÁRIO DE INDICADORES – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

INDICADORES	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTE DE DADOS
Proporção de pessoas que concluíram cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e que não trabalham na área que se formaram	Número de pessoas que concluíram cursos de formação inicial e continuada que declararam não trabalhar na área que se formaram dividido pelo total de pessoas que concluíram tais cursos	IBGE/PNAD
Proporção de pessoas que concluíram cursos de educação profissional técnica e que não trabalham na área que se formaram	Número de pessoas que concluíram cursos de educação profissional de nível técnico que declararam não trabalhar na área que se formaram dividido pelo total de pessoas que concluíram tais cursos	IBGE/PNAD

FONTE: Brasil, 2007, p. 43 e 44.

CAPÍTULO II – A METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE INDICADORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

A Metodologia desenvolvida no âmbito do Observatório da Equidade foi apropriada pelo DIEESE por meio da participação no processo de levantamento de indicadores, através da representação no Comitê Técnico do Observatório da Equidade, e disseminada para outros técnicos e instituições por meio da análise dos relatórios de observação produzidos.

O conhecimento adquirido na participação do Observatório da Equidade e a disseminação da metodologia através dos relatórios de observação permitiram a sua proposição para a adoção e adaptação desta metodologia nas atividades realizadas no âmbito do convênio com a SEC/Suprof.

Objetiva-se com esta metodologia construir um instrumento de acompanhamento da oferta e demanda de educação profissional no estado. Trata-se de construir indicadores, quantitativos e qualitativos, que permitam avaliar a evolução da oferta de educação profissional - número de vagas, adequação e qualidade - em relação às demandas e necessidades oriundas do mundo do trabalho e do desenvolvimento dos territórios de identidade. Propõe-se também construir indicadores para aferir o grau de articulação desta política com as demais políticas públicas desenvolvidas no estado, possibilitando assim o monitoramento de seus impactos nos respectivos territórios.

Para a consecução deste objetivo várias atividades foram desenvolvidas e buscaram atender as orientações metodológicas propostas pelo Observatório da Equidade (OE/CDES). Deste processo resultou a construção de uma matriz de problemas, que afetam a educação profissional que é oferecida na rede pública de ensino do estado da Bahia, com a descrição de suas causas e a proposição de indicadores de verificação dos problemas e acompanhamento de sua evolução.

Foi necessário, no entanto, atentar para as diferenças da experiência desenvolvida no estado, dentre as quais, a circunscrição da observação a um determinado segmento da educação – a educação profissional, que é desenvolvida no âmbito da rede pública estadual de ensino –, além da necessidade de desagregação dos indicadores de observação para os Territórios de Identidade¹ definidos pela administração pública do estado da Bahia (o que implicou na necessidade de tabulações especiais das bases de dados, quando possível).

¹ Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, que é reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (§ 1º decreto estadual nº 12.354 de 25 de agosto de 2010).

Para o desenvolvimento deste trabalho, além dos momentos e etapas comuns aos demais produtos deste convênio, dentre as quais oficinas internas iniciais de planejamento e detalhamento do plano de trabalho, definição e alocação das equipes, e oficinas internas de avaliação e monitoramento do plano de trabalho, realizadas ao longo da sua execução, foi elaborado um plano de trabalho cujos momentos e atividades desenvolvidas são descritas a seguir:

1. – 1º MOMENTO: LEVANTAMENTO, LEITURA E SISTEMATIZAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA PERTINENTE

Além da revisão da bibliografia referente à temática da educação profissional e da construção de indicadores, a equipe envolvida no projeto sistematizou os relatórios metodológicos produzidos pelo OE/CDES cujos procedimentos e orientações referenciaram esta construção metodológica para a educação profissional da Bahia. Esta etapa começa no início da execução deste convênio, mas perpassa todo o período que compreendeu o desenvolvimento das atividades de construção desta metodologia, que se encerra em 2011 com a elaboração do relatório metodológico.

2. – 2º MOMENTO: CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA

Para a construção da metodologia de levantamento de indicadores para a educação profissional da Bahia foram realizadas duas oficinas com a equipe técnica do DIEESE envolvida diretamente na execução desta metodologia, assim como as equipes da área de pesquisa e de produção de indicadores, além dos consultores contratados.

2.1.– 1ª Oficina

A primeira oficina foi realizada nos dias 19 e 20 de agosto de 2010 em Salvador. Participaram 15 técnicos envolvendo a equipe do DIEESE e consultores. O perfil dos participantes abrangeu técnicos do Escritório Nacional, do Núcleo de Produção de Informações, Escritórios Regionais, Sistema PED, da Coordenação de Educação, de técnicos especialistas no temário tratado e os técnicos alocados diretamente na execução e gestão do projeto, além de outros membros da equipe que dão suporte técnico e metodológico ao desenvolvimento dos produtos.

O objetivo desta oficina foi construir com estes participantes, a produção e a elaboração dos indicadores da Educação Profissional do Estado da Bahia. Este processo envolveu desde a definição de quais são os indicadores necessários e adequados, suas características e propriedades até as bases de dados a serem utilizadas, suas possibilidades e limitações. Para a consecução deste objetivo o percurso da oficina foi construído em duas partes, a primeira de natureza conceitual e teórica que foi realizada no primeiro dia, a outra mais operacional que tratou da construção dos indicadores de educação profissional.

Do ponto de vista dos resultados o percurso desenvolvido permitiu a reflexão sobre o conceito, usos, propriedades e classificações dos indicadores, as possibilidades e limitações nas bases de dados existentes para a construção dos indicadores, os Indicadores da Educação e da Educação Profissional com base no Censo Escolar – INEP, os Indicadores da Educação Profissional do Brasil com base no CDES/Observatório da Equidade. Além disso, de forma mais específica elaborou-se os procedimentos a serem utilizados na construção da metodologia de levantamento dos indicadores para a Educação Profissional da Bahia, o plano de trabalho com as atividades a serem desenvolvidas e o cronograma de execução. Também foi destacado um grupo de trabalho de quatro técnicos responsáveis pelo desenvolvimento e execução deste plano de trabalho.

2.2.– 2^a Oficina

A segunda oficina foi realizada em 2011 no período de 21 a 23 de setembro, em Salvador. Participaram 12 técnicos envolvendo a equipe do DIEESE e consultores, cujo perfil técnico foi o mesmo da 1^a Oficina. Neste grupo participaram também os quatro técnicos destacados para o desenvolvimento das atividades de construção desta metodologia durante este período.

O objetivo desta oficina foi apresentar os resultados do desenvolvimento da metodologia de construção de indicadores, cujos procedimentos foram definidos na primeira oficina, e ao mesmo tempo definir os próximos passos desta construção. O primeiro dia foi dedicado à discussão e debates sobre a metodologia de construção dos indicadores da educação profissional da Bahia. A metodologia dos CDES foi reapresentada com o objetivo de verificar seus procedimentos em confronto com o que foi desenvolvido. Foi apresentado o texto referência “Macro- Problema e Problemas Relacionados da Educação Profissional da Bahia”. Este texto foi elaborado pelo grupo de trabalho durante o período compreendido entre a realização das duas oficinas. O texto descreve o macroproblema e os problemas relacionados (causas) à educação profissional da Bahia.

O segundo dia tratou de construir os indicadores para cada um dos problemas indicados na matriz. Esta tarefa foi bastante complexa, pois, à medida que se propunha um indicador tratava-se de debater ao mesmo tempo as possibilidades e limitações das bases de dados existentes para sua verificação. As bases de dados são de fundamental importância já que as mesmas é que conferem existência e concretude ao indicador. Apesar disso, foram formulados indicadores mesmo quando não existem bases de dados disponíveis para sua verificação.

Observou-se que as bases de dados existentes possuem mais limitações que possibilidades. Para o propósito maior desta metodologia que objetiva construir indicadores de acompanhamento e monitoramento da política de educação profissional

da Bahia a maior limitação encontrada diz respeito às poucas possibilidades de estatísticas de base municipal nos temas tratados. Basicamente apenas o Censo Demográfico é que abrange esta dimensão, entretanto a sua periodicidade é de dez anos. Esta limitação, no entanto, não restringiu a capacidade da equipe de elaborar os indicadores. Mesmo não sendo possível a sua verificação por meio das bases de dados hoje disponíveis, fica sua formulação registrada como sugestão para os gestores públicos e produtores de informação. Além disso, para alguns dos problemas que foram relacionados não foi possível a construção do próprio indicador, pois faltaram elementos para sua formulação.

Como resultados desta oficina elaborou e validou a versão final do texto de referência que representa tanto o substrato quanto o produto da construção metodológica realizada. Ainda como resultado desta 2ª oficina foi elaborado os encaminhamentos e o cronograma para finalização do produto. Estes encaminhamentos foram em duas direções: a) Processamento dos indicadores de verificação e b) Elaboração do relatório metodológico.

3. – 3º MOMENTO: CONSTRUÇÃO DA MATRIZ “MACRO - PROBLEMA E PROBLEMAS RELACIONADOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA”

A matriz “Macro- Problema e Problemas Relacionados da Educação Profissional da Bahia” foi resultado do trabalho desenvolvido pela equipe que foi designada para esta construção. Estes técnicos integram a equipe permanente do projeto e estão inseridos na sua execução desde início das atividades, participando também do desenvolvimento dos demais produtos deste convênio. Esta característica permitiu viabilizar a estratégia adotada para a construção desta matriz.

Cabe neste momento uma importante observação, a definição do macro-problema bem como dos problemas relacionados é uma declaração do ponto de vista do ator que é responsável pelo seu enfrentamento, isto é na perspectiva de sua solução. Este ator é a Suprof, representada pelos seus gestores, técnicos e assessores. A Suprof é a responsável pela concepção, gestão e execução da política de educação profissional da Bahia. O desafio posto para equipe técnica foi o de construir esta matriz de problemas na perspectiva deste ator, isto é sistematizar os problemas a partir das *falas* de cada um, mas que ao mesmo tempo esta sistematização representasse a visão institucional.

Tratava-se então de um trabalho de prospecção e observação junto a este ator. A escolha metodológica adotada foi a de realizar esta prospecção nos diversos espaços e momentos de execução das atividades deste projeto com um todo. Estes espaços foram as várias atividades em que estes gestores estiveram presentes desde as atividades de capacitação de gestores e conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação

Profissional (Ceteps) até as oficinas e reuniões onde participavam apenas os gestores e técnicos da Suprof.

Nestes espaços os problemas e questões da educação profissional da Bahia foram debatidos por um grupo amplo e diversificado de gestores e demais atores sociais representados no Conselho dos Ceteps. Esta escolha mostrou-se eficaz na medida em que aliada a prospecção com a observação a sistematização do macroproblema e demais problemas relacionados resultou da reflexão destes atores responsáveis pela gestão e execução da política de educação profissional da Bahia.

Além das *falas* dos gestores, a outra fonte de prospecção foram os documentos disponibilizados pela Suprof. Estes documentos foram: Plano de Educação Profissional da Bahia 2008-2011, Slides de Apresentações, Relatório do Planejamento da Suprof e consultas ao site e ao blog da educação profissional da Bahia. Estes documentos e fontes, além da concepção e diretrizes, continham também diagnósticos desta política no estágio em que a educação profissional da Bahia se encontrava antes da implantação do Plano de Educação Profissional que se deu no final de 2007. Tais instrumentos contribuíram para sistematizar e formatar a visão institucional do macro problema e problemas relacionados da educação profissional da Bahia que foram identificados juntos aos atores sociais nos distintos espaços de discussão.

Em anexo estão a relação das atividades de capacitação e as oficinas de trabalho que foram executadas no âmbito deste convênio, nas quais participaram os gestores da Suprof, gestores e conselheiros dos Ceteps, e que serviram para esta construção metodológica. Nas referências bibliográficas estão relacionados os documentos utilizados.

CAPÍTULO III – INDICADORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA: ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como resultado do processo de construção e desenvolvimento metodológico sistematizado na sessão anterior adaptado a partir da metodologia do Observatório da Equidade, consolidou-se a “matriz de problemas” da Rede Pública Estadual de Educação da Bahia, que é agora apresentada e analisada.

A matriz, construída coletivamente a partir da visão institucional da SUPROF, parte da identificação de um “macro-problema”, amplo o suficiente para se ter um diagnóstico abrangente da educação profissional da Bahia, mas também capaz de ter suas causas identificadas e mapeadas. Ao macro-problema *“Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional na Rede Pública Estadual de Educação”*. Estas causas foram agrupadas em três dimensões: cobertura, qualidade e articulação.

A matriz comporta, ainda, os indicadores propostos para a descrição do macro-problema e de suas causas, permitindo também o monitoramento da sua evolução no tempo a partir da situação inicial e os impactos, portanto, que as políticas públicas delineadas para resolver estas questões apresentam. Cabe relembrar que os indicadores propostos são *ideais*, não havendo, necessariamente, a disponibilidade de seu cálculo a partir das bases estatísticas disponíveis hoje.

Neste capítulo, portanto, será feita a apresentação da matriz a partir do macro-problema identificado e suas causas, sendo apresentados os indicadores propostos e a análise dos seus resultados, quando estes foram possíveis de serem calculados.

1. – O MACRO-PROBLEMA

O diagnóstico elaborado a partir da metodologia anteriormente proposta para a análise da educação profissional na Bahia compartilhou o macro-problema formulado pelo Observatório da Equidade do CDES para o Brasil. A educação profissional que é oferecida pela rede pública estadual da Bahia, portanto, também se caracteriza pela *Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional*, no âmbito da *cobertura, da qualidade e da articulação*. Os tipos de oferta de educação profissional que serão analisados correspondem à educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio.

Considerando apenas um dos indicadores de cobertura, construído a partir das matrículas nos cursos ofertados, este demonstra que no período analisado, entre 2007 e 2010, ocorreu uma forte expansão da rede estadual de educação profissional. Em 2007, ano que corresponde à situação inicial da observação, o número de matrículas evolui de cerca de 9 mil para quase 36 mil (crescimento de 297%) e o número de estabelecimentos de 42 para 146 (crescimento de 248%).

Apesar dessa forte expansão a oferta de educação profissional ainda permanece insuficiente e inadequada, seja em volume, seja em qualidade e adequação de forma a atender as demandas e necessidades de educação profissional do estado.

Para um maior conhecimento e uma análise mais detalhada do macro-problema é que este foi analisado também a partir de suas causas, que por sua vez se constituem em outros problemas que estão relacionados a este principal. Este procedimento permitiu a construção e o processamento de outros indicadores que serão analisados a seguir.

2. – AS CAUSAS E PROBLEMAS RELACIONADOS AO MACRO – PROBLEMA

Conforme apontado anteriormente, o macro-problema identificado e nomeado como *Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional na Rede Pública Estadual de Educação* possui um conjunto de causas que foram identificadas e descritas a aparecem como problemas relacionados ao macro-problema. De acordo com sua natureza e características estas causas foram agrupadas em três grandes dimensões: *cobertura, qualidade e articulação*. Para estes problemas foram construídos e processados indicadores, cujos resultados, quando disponíveis, são apresentados na *Matriz do Macro- Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores*.

2.1 – Indicadores de cobertura

Com relação à primeira dimensão, *cobertura*, esta diz respeito às condições da oferta de educação profissional. Foram identificadas nove causas/problemas que afetam a oferta de educação profissional no estado da Bahia. Este conjunto de problemas condiciona, por sua vez, a oferta de educação profissional da Bahia de três formas distintas: a) Perfil da oferta e da rede física de educação profissional b) Financiamento e Gestão c) Certificação Profissional. Para a verificação destes problemas relacionados à cobertura da rede estadual de educação profissional foram propostos 13 indicadores (Quadro V).

QUADRO V
INDICADORES DE COBERTURA

CAUSAS/ PROBLEMAS	INDICADORES	FONTE
I - Insuficiente cobertura da Educação Profissional	<p>Relação entre matrícula na Educação Profissional técnica de nível médio¹ da rede estadual e estimativa de demanda potencial²</p> <p>Nível geográfico: Bahia e territórios de identidade (Tabela 01)</p>	INEP, Censo Escolar.

QUADRO V
INDICADORES DE COBERTURA

CAUSAS/ PROBLEMAS	INDICADORES	FONTE
II - Inadequação da oferta de Educação Profissional às demandas e necessidades do desenvolvimento dos territórios e do mundo do trabalho	Distribuição das matrículas na Educação Profissional por tipo de oferta Nível geográfico: Bahia e territórios de identidade (Tabela 02)	INEP, Censo Escolar.
	Distribuição das matrículas na Educação Profissional por eixos tecnológicos Nível geográfico: Bahia e territórios de identidade (Tabela 03)	INEP, Censo Escolar.
	Distribuição das matrículas Educação Profissional segundo atributos pessoais dos alunos (sexo, faixa etária e cor da pele) Nível geográfico: Bahia e territórios de identidade (Tabelas 04, 05 e 06)	INEP, Censo Escolar.
	Proporção de matrículas na Educação Profissional em cursos correspondentes às ocupações das 10 famílias ocupacionais de maior geração de emprego Nível geográfico: Bahia e territórios de identidade	Indicador a ser calculado
III - Concentração geográfica das matrículas na Educação Profissional	Distribuição das matrículas na Educação Profissional Nível geográfico: Bahia e territórios de identidade (Tabela 07)	INEP, Censo Escolar.
IV - Número insuficiente de unidades de Educação Profissional	Número de estabelecimentos de Educação Profissional Nível geográfico: Bahia e territórios de identidade (Tabela 8)	INEP, Censo Escolar.
V - Recursos insuficientes para o	Proporção do gasto público com	Indicador a

QUADRO V
INDICADORES DE COBERTURA

CAUSAS/ PROBLEMAS	INDICADORES	FONTE
financiamento da Educação Profissional	Educação Profissional em relação ao total do gasto público com educação na rede estadual. Nível geográfico: Bahia e territórios de identidade	ser calculado
	Proporção do gasto público federal com Educação Profissional em relação ao total do gasto público com educação profissional na rede estadual. Nível geográfico: Bahia e territórios de identidade	Indicador a ser calculado
VI - Inexistência de previsão legal para o financiamento da Educação Profissional	Existência de um fundo específico para a Educação Profissional	
VII - Inexistência de marco regulatório estadual para Educação Profissional	Número de instrumentos normativos da Educação Profissional (leis, decretos, resoluções do CEE, instruções normativas e portarias)	Indicador a ser sistematizado
VIII - Inadequação do modelo de gestão frente aos desafios da Educação Profissional	Indicador a ser construído	
IX - Inexistência de certificação profissional na rede pública estadual de Educação Profissional	Existência de ações de certificação	Suprof/Sec
	Existência de instrumentos de certificação	Suprof/Sec

¹ Inclui as modalidades integrada, concomitante, subsequente e Projeja Médio

² Total de matrículas na 1^a e 2^a série do ensino médio e EJA de nível médio

A seguir, serão analisadas as causas e problemas identificados que dizem respeito à cobertura e os indicadores propostos. Quando disponíveis nas estatísticas produzidas no Brasil os indicadores foram processados, descritos e analisados.

I – Insuficiente cobertura da Educação Profissional

Esta insuficiente cobertura diz respeito a oferta de educação profissional da Bahia existente no mapeamento da situação inicial que corresponde ao ano de 2007 como já

mencionado no tópico anterior. Naquele momento a oferta de educação profissional mostrou-se insuficiente para atender a demanda existente. Esse diagnóstico dizia respeito tanto ao número total de vagas disponíveis nas unidades já existentes quanto à distribuição territorial destas vagas.

Para investigar essa questão, propôs-se a elaboração e acompanhamento do indicador denominado *Relação entre as matrículas na educação profissional técnica de nível médio da rede estadual e estimativa de demanda potencial*². Este indicador permite uma aproximação entre a oferta de educação profissional e a sua demanda potencial estimada. É preciso registrar, no entanto, que este indicador exprime uma alternativa para dimensionar a oferta de educação profissional e sua evolução, mas não uma meta, posto que não se pretende atingir 100% desta população. Parcela significativa dos jovens não vai demandar um curso de educação profissional, já que suas escolhas profissionais são diferentes e dependem de outros percursos formativos e motivações.

O indicador pôde ser calculado para a Bahia para os anos de 2007 e 2010 a partir dos dados do Censo Escolar do Inep. A relação entre as matrículas na educação profissional e as matrículas na 1^a e 2^a série do ensino médio, juntamente com as matrículas de EJA de nível médio, apesar do forte crescimento entre os dois anos analisados, ainda é muito pequena no estado: em 2007 foi de 1,5% e em 2010 e 6,6%. Significa dizer que na rede estadual existem aproximadamente 7 alunos matriculados na educação profissional, a cada 100 que são matriculados na 1^a e 2^a série do ensino médio e EJA de nível médio.

Em relação à análise deste indicador para os territórios, foi possível calculá-lo para os 27 territórios de identidade existentes no estado. Verificou-se uma grande dispersão deste indicador entre os territórios.

Em 2007 este indicador foi nulo nos territórios de identidade Baixo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Bacia do Jacuípe, Recôncavo e Costa do Descobrimento revelando que nestas regiões não havia nenhuma oferta de educação Profissional naquele ano.

Por outro lado neste mesmo ano a maior relação entre as matrículas na educação profissional e a demanda potencial estimada foi verificada no território de identidade Piemonte da Diamantina (5,7%).

Para o ano de 2010 o menor valor deste indicador foi verificado no território Costa do Descobrimento (0,8%) e o maior no território de Itaparica (25,0%). O comportamento deste indicador para o último ano analisado demonstra que houve uma melhora da cobertura territorial da educação profissional na rede estadual, mas esta cobertura ainda é muito desigual entre os territórios.

² A oferta inclui as modalidades integrada, concomitante, subsequente e Projea Médio e a demanda potencial refere-se ao total de matrículas na 1^a e 2^a série do ensino médio e EJA de nível médio.

II – Inadequação da oferta de Educação Profissional às demandas e necessidades do desenvolvimento dos territórios e do mundo do trabalho

A segunda causa relacionada à cobertura diz respeito à *inadequação da oferta de qualificação profissional às demandas e necessidades do desenvolvimento dos territórios e do mundo do trabalho*.

Ou seja, avalia-se que não apenas a oferta de vagas de educação profissional ainda é insuficiente, como explicitado na causa anterior, mas que parte das vagas disponibilizadas atualmente no estado precisa se adequar às demandas e necessidades de qualificação profissional oriundas dos territórios de identidade, do mundo do trabalho e das demandas sociais.

Isso ocorre devido à inexistência de adequados instrumentos de prospecção das demandas e necessidades, que possam indicar, com a antecedência necessária, quais ocupações serão geradas em cada território de identidade, possibilitando a adequar melhor a oferta de cursos para estas ocupações.

Adequar a oferta de qualificação profissional às demandas e necessidades do desenvolvimento dos territórios e do mundo do trabalho não diz respeito apenas à implantação de novos cursos, mas também a reorganização dos atuais em relação aos seus conteúdos e abordagens assim como adequá-los à diversidade territorial e ao perfil da demanda por qualificação profissional em relação aos atributos pessoais da população como faixa etária, sexo, etnia e escolaridade.

Com esta visão é que para analisar a inadequação da oferta de cursos às demandas existentes foram propostos quatro indicadores: *a) distribuição das matrículas por tipo de curso ofertado; b) distribuição das matrículas por eixos tecnológicos; c) distribuição das matrículas segundo atributos pessoais dos alunos; d) proporção de matrículas na educação profissional e proporção de ocupações das 10 famílias de maior oferta de emprego*.

Com relação ao primeiro indicador, distribuição das matrículas por tipo de oferta, a proposta é caracterizar a oferta atual de educação profissional segundo sua articulação com o ensino médio, de modo a subsidiar uma avaliação do tipo de oferta mais adequado para as diferentes necessidades de qualificação demandadas. Cabe esclarecer que para complementar esta análise seria necessário mecanismos e instrumentos de identificação e prospecção da demanda de educação profissional que indicasse o “tipo ideal” de oferta, para os distintos territórios de identidade. Este tipo “ideal de oferta” poderia ser identificado a partir da análise do perfil educacional da população e da dinâmica econômica e social de cada território.

Os resultados deste indicador puderam ser calculados a partir do Censo Escolar do INEP. Houve uma mudança bastante significativa na distribuição das matrículas por

tipo de oferta entre 2007 e 2010, sendo a expansão total das matrículas centrada, principalmente, no Ensino Médio Integrado, que passou a corresponder a 69,0% do total de matrículas na Bahia em 2010. Em 2007, esse tipo de oferta correspondia a 45,2% do total, seguido de perto pelo subsequente (40,3%, passando para 24,8% em 2010). Cabe destacar ainda um pequeno crescimento do Projeja Médio de (5,1% para 6,3%). Em 2010 a oferta de educação profissional na modalidade concomitante foi nula a qual correspondia a 9,4% do total de matrículas em 2007.

O segundo indicador proposto, *distribuição das matrículas por eixos tecnológicos*, busca caracterizar a oferta de educação profissional no que diz respeito às áreas de formação, de modo a subsidiar a avaliação da adequação dos cursos existentes às necessidades de qualificação dos trabalhadores e as demandas ocupacionais que são geradas pelo desenvolvimento dos territórios. Novamente, é preciso ressaltar os limites deste indicador na ausência de indicadores e pesquisas complementares que indiquem de fato quais são essas necessidades de qualificação.

Este indicador foi calculado com os dados do Censo Escolar do INEP, para o ano de 2010 e devido a mudanças na classificação por eixos os resultados deste ano são incomparáveis aos de 2007 e ainda assim os resultados para o ano de 2010 mostraram-se inconsistentes. Sendo assim utilizou-se alternativamente a base de dados da Suprof que registra com mais precisão esta informação, porém não foi possível utilizar esta informação para o ano de 2007, ano de referência para o mapeamento da situação inicial.

Sabe-se, entretanto que nos anos anteriores a 2007 a educação profissional era caracterizada por uma grande concentração dos cursos em poucos eixos tecnológicos, ou seja, além das matrículas serem reduzidas, como já enfatizado anteriormente, poucos eram os cursos ofertados. Com a retomada da educação profissional muda o perfil de cursos oferecidos. Além da ampliação dos cursos no conjunto da rede estes foram ampliados também nos territórios de identidade.

As informações para os anos de 2010 e 2012 revelam uma concentração dos cursos em quatro eixos: Ambiente, saúde e segurança (13 cursos); Gestão e negócios (11 cursos); Recursos naturais (8 cursos) e Informação e comunicação (5 cursos). Estes quatro eixos em conjunto respondem por aproximadamente 80% das matrículas em 37 cursos diferentes. Os 20% restante das matrículas estão distribuição nos demais 7 eixos tecnológicos correspondendo a aproximadamente 40 cursos distintos.

Outro indicador proposto para a análise da cobertura da oferta de educação profissional diz respeito à *distribuição das matrículas por alguns atributos pessoais*, dentre os quais sexo, faixa etária e cor.

No caso da distribuição por sexo, percebe-se um predomínio das matrículas para homens em 2010 (60,2%), caracterizando um crescimento acentuado das matrículas de homens desde 2007, quando representavam, 47,4%. Quando a análise é realizada para os territórios de identidade observa-se que a menor participação feminina no total das matrículas ocorre no território Médio Rio de Contas em 2007 (32,4%). Em 2010 esta menor participação permanece neste território (31,3%). Já em relação a maior participação em 2007 das mulheres foi observada no território Bacia do Rio Corrente (76,0%). Em 2010 a maior participação feminina ocorreu no território Itaparica (58,8%). Estes resultados apontam para uma distribuição das matrículas mais equânime entre homens e mulheres.

Com relação à faixa etária, tem-se, em 2010, uma grande concentração de matrículas da educação profissional na faixa de 14 a 17 anos (40,3%), configurando, portanto, os jovens em idade de cursar o ensino médio. Nas faixas etárias seguintes, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos o percentual de matrículas é 34,4% e 9,9%, respectivamente, o que totaliza 84,6% de matrículas entre os jovens de 14 a 29 anos. Esse resultado é um pouco inferior ao de 2007, quando o total da de matrículas entre os jovens de 14 e 29 anos era de 87,8%, sendo a faixa etária mais numerosa a de 18 a 24 anos (46,8%). A ampliação significativa das matrículas na faixa etária de 14 a 17 anos é coerente com a informação levantada anteriormente, a ampliação mais expressiva da educação profissional integrada ao ensino médio em relação à modalidade subsequente.

Os dados de cor do censo escolar apresentam um problema de partida que é o alto índice de não declaração (45,7%), ainda que esse percentual tenha se reduzido significativamente em relação a 2007 (68,6%). Além disso, este quesito, assim como os demais, é preenchido pela pessoa responsável na escola pelo cadastramento dos alunos, sendo a cor, portanto, atribuída a partir da percepção desta pessoa, sem a definição de nenhum critério e procedimentos para esta atribuição.

Essas ressalvas precisam ser levadas em conta ao se analisar as informações de cor do Censo Escolar. Entre as matrículas na educação profissional da rede estadual que tiveram a cor declarada, em 2010, 87,2% foram registrados como negros (sendo 72,7% da cor parda e 14,5% preta), 11,8% com a cor branca, 0,6% amarela e 0,4% seriam indígenas. Em relação à 2007, ampliou-se um pouco a parcela de negros (que correspondiam a 86,6%), em detrimento dos alunos de cor branca (13,1% em 2007). Essa variação pode ter sido decorrente da ampliação de fato da participação de alunos de cor preta ou parda nas matrículas da educação profissional, bem como de um aumento da declaração enquanto pretos e pardos, situação observada também em pesquisas domiciliares, e que tem como uma de suas justificativas o avanço das políticas e movimentos de promoção da igualdade racial, que tem gerado maior reconhecimento das populações afrodescendentes. Cabe destacar ainda que, nos dois

anos analisados, a parcela de negros é superior à média do estado (76,8% para a população com 10 anos ou mais de idade segundo o Censo Demográfico de 2010, no qual a informação é auto-declarada pelo entrevistado), o que pode decorrer tanto das diferenças metodológicas das pesquisas, quanto de uma maior participação de fato dos negros nos cursos de educação profissional.

Outro indicador proposto para a análise do problema de inadequação da oferta de educação profissional é *proporção de matrículas na educação profissional em cursos correspondentes às ocupações das 10 famílias ocupacionais de maior geração de emprego*. Esse indicador tem o objetivo de estabelecer um parâmetro para os cursos ofertados, que devem estar relacionados às ocupações geradas na economia baiana, de modo a possibilitar aos formandos encontrar uma vaga que corresponda a sua formação. Propõe-se, portanto, relacionar as matrículas em cursos que preparem para as ocupações geradas em determinado período.

Essa relação de proporções não indica, novamente, uma meta, mas um valor de referência que possibilita o seu dimensionamento e acompanhamento da sua evolução. Por exemplo: se as ocupações das 10 principais famílias ocupacionais corresponderem a 80% do total de ocupações geradas em determinado período e 60% das matrículas geradas nesse período sejam para formação nestas áreas de trabalho, isso quer dizer que existe uma correspondência de 75% ($60\%/80\%$) entre as duas.

Atualmente, não é possível calcular esse indicador devido à incompatibilidade entre as classificações dos cursos de educação profissional do Censo Escolar do INEP e das famílias ocupacionais na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que é utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro administrativo que levanta mensalmente as ocupações geradas. Isso poderia ser contornado por meio da uniformização das classificações ou de estudo para criação de uma tábua de conversão entre as duas.

III – Concentração territorial da oferta de educação profissional

Outra causa identificada que corrobora com o macro-problema formulado no âmbito da cobertura da educação profissional na Bahia foi a *concentração territorial da oferta de educação profissional*. Essa concentração se justifica em parte pela maior presença populacional e pela maior geração de empregos na Região Metropolitana de Salvador. Porém, não pode ser estendida além desse limite, gerando, por um lado, a necessidade de deslocamento da população do interior para estas áreas em busca de formação e, por outro, desestimulando a geração de empregos em áreas não metropolitanas devido a falta de pessoas qualificadas. Nesse sentido é importante a análise e mensuração da concentração da oferta de educação profissional para buscar adequá-la às necessidades territoriais.

Como indicador para analisar este problema propôs-se a *distribuição das matrículas por territórios de identidade*, segundo a divisão estabelecida pela administração pública do estado da Bahia. Em 2007, dos 26 territórios de identidade existentes em 6 deles a oferta de educação profissional era nula. Em 2010 a oferta de educação profissional abrangia todos os territórios de identidade. Além da ampliação da cobertura, observa-se uma menor concentração da oferta de educação profissional, ou seja, dito de outra forma uma melhor distribuição desta oferta nos territórios de identidade. Em 2007 cinco territórios (Sertão do São Francisco, Piemonte da Diamantina, Portal do Sertão, Médio Rio das Contas e Metropolitana de Salvador) concentravam 73,6% das matrículas. Em 2010 a participação destes territórios foi de 41,2%.

IV – Número insuficiente de unidades de Educação Profissional

A cobertura da rede de educação profissional na Bahia é insuficiente também em razão do reduzido número de estabelecimentos. Para analisar este problema foi proposto o indicador: *Número de estabelecimentos de Educação Profissional*. Este indicador foi calculado pelo Censo Escolar do INEP para os anos de 2007 e 2010.

Com relação ao número de unidades, constatou-se que existiam 142 estabelecimentos da rede estadual de educação profissional na Bahia em 2010. Apesar de ainda não ser um número suficiente para o atendimento da demanda por educação profissional, pôde-se constatar uma grande ampliação no número de estabelecimentos desde 2007, quando havia apenas 42 estabelecimentos (ampliação de 248%). A estratégia adotada pela Suprof para ampliação tanto do número de unidades quanto a sua cobertura territorial foi a de transformar as unidades educacionais que estavam ociosas em Centros de Educação Profissional (Ceteps) de natureza territorial ou estadual cuja cobertura passa a ser de âmbito territorial e não apenas municipal. Outra estratégia de ampliação da oferta e da cobertura foi a criação de anexos dos Ceteps e unidades educacionais de ensino médio que também ofertam educação profissional de forma a permitir ampliar a cobertura da rede de educação profissional por todo o extenso território estadual.

V – Recursos insuficientes para o financiamento da Educação Profissional

Outra causa dos problemas ligados à cobertura da educação profissional diz respeito à insuficiência de recursos para o financiamento da educação profissional. Foram propostos dois indicadores: a) *Proporção do gasto público com educação profissional em relação ao total do gasto público com educação na Rede Estadual*, e, b) *Proporção do gasto público federal com educação profissional em relação ao total do gasto público com educação profissional na Rede Estadual*.

VI – Inexistência de previsão legal de financiamento para a Educação Profissional

Para além da insuficiência de recursos, o problema do financiamento da educação profissional na Bahia encontra parte de sua explicação em uma questão que é nacional, a inexistência de previsão legal para o investimento nessa modalidade de educação. A exemplo do Fundo para o Financiamento da Educação Básica (FUNDEB) existem propostas para a criação de um fundo específico para a educação profissional, instrumento que daria maior volume e estabilidade nos recursos para promover o crescimento da oferta de educação profissional e a melhoria da sua qualidade.

Neste caso, o indicador é simplesmente a constatação da existência ou não de um fundo público para a educação profissional, sendo sua situação atual a de não existência deste instrumento.

VII – Inexistência de marco regulatório estadual para Educação Profissional

A educação profissional da Bahia também tem a sua oferta condicionada em razão da *inexistência de um marco regulatório* para o funcionamento adequado desta modalidade de ensino na rede estadual.

Novamente, o indicador proposto, *insuficiência de instrumentos normativos (leis, decretos, resoluções do Conselho Estadual de Educação - CEE, instruções normativas, portarias, entre outros instrumentos)*, diz respeito à constatação de uma situação. Entre 2007 e 2010, foram elaborados decretos, portarias e outros atos, mas pode-se dizer que o aparato jurídico disponível ainda possui lacunas de maneira que permanece a situação inicial de inexistência de um marco regulatório que seja capaz de dar o suporte necessário às ações requeridas para a consolidação desta política pública no estado da Bahia.

VIII – Inadequação do modelo de gestão frente aos desafios da educação profissional

Outro problema constado que também diz respeito aos condicionantes da oferta de educação profissional é a inadequação do modelo de gestão frente aos desafios da educação profissional da Bahia. Esta inadequação diz respeito à autonomia financeira e administrativa em relação ao órgão central, para a gestão das atividades que são próprias à oferta de educação profissional, cujas características e dinâmicas são mais complexas e distintas em relação às demais ofertas educacionais.

Avalia-se que a criação da Suprof em 2007 representou um avanço em relação à importância que a educação profissional passou a ter como política pública para o governo do estado da Bahia. Entretanto esta ainda necessita de maior autonomia para possibilitar a adequada gestão da educação profissional na Bahia e esta mesma

autonomia deveria ser extensiva aos Centros de Educação Profissional (Ceteps). Esta condição, maior autonomia da Suprof e dos Ceteps, constituem o ponto de partida dos indicadores a serem construídos para a avaliação da adequação do modelo de gestão da educação profissional.

IX – Inexistência de certificação profissional na rede pública

Por fim, a última causa dos problemas relacionados à cobertura da educação profissional na Bahia foi a inexistência de certificação profissional na rede pública. A certificação é fundamental não só para atestar os conhecimentos adquiridos na realização dos cursos oferecidos (o que já é suprido pelo certificado próprio das escolas), mas teria a função também de atestar conhecimentos adquiridos por pessoas que não necessariamente realizaram os cursos oferecidos pela rede estadual, mas que aprenderam o mesmo conteúdo de outras formas, como por exemplo, em outros cursos ou na prática profissional.

Como indicador desta causa, propôs-se, simplesmente, a constatação da existência ou não de ações de qualificação, e de instrumentos sendo que, como dito anteriormente, não existiram nos anos de 2007 e 2010.

2.2 – Indicadores de articulação

Com relação à segunda dimensão, *articulação*, foram identificadas três causas/problemas que afetam a oferta de educação profissional no estado da Bahia. Para a análise dessa dimensão e o monitoramento dos impactos das ações desenvolvidas para ampliar a articulação da rede, foram formulados cinco indicadores, apresentados no Quadro VI.

QUADRO VI
INDICADORES DE ARTICULAÇÃO

CAUSAS/ PROBLEMAS	INDICADORES	FONTE
X - Desarticulação do Fórum de Educação Profissional da Bahia	Número de sessões realizadas do Fórum de Educação Profissional da Bahia	Suprof/Sec
XI - Insuficiente integração e articulação do Ensino Médio com a Educação Profissional	Oferta de Formação Inicial e Continuada no ensino médio	Suprof/Sec
	Existência de Câmara Técnica de Educação Profissional no Conselho Estadual de Educação	Suprof/Sec
XII - Insuficiente articulação dos Centros de Educação Profissional com os segmentos do mundo do trabalho, sociedade	Número de entidades do mundo do trabalho, sociedade civil e órgãos públicos municipais na composição dos Conselhos dos	Suprof/Sec

QUADRO VI
INDICADORES DE ARTICULAÇÃO

CAUSAS/ PROBLEMAS	INDICADORES	FONTE
civil e órgãos públicos municipais do território	Centros de Educação Profissional	
	Número de reuniões e presença dos Conselheiros dos Conselhos dos Centros de Educação Profissional	Suprof/Sec

Serão agora analisadas as causas e problemas relacionados à articulação da rede de oferta de educação profissional na Bahia e os indicadores propostos para sua descrição e monitoramento.

X – Desarticulação do Fórum de Educação Profissional da Bahia

O Fórum de Educação Profissional do Estado da Bahia - FEP/BA foi criado por iniciativa da Secretaria da Educação do Estado da Bahia - SEC, em 14 de dezembro de 2006. Foi reinstalado em 22 de outubro de 2009, durante o Fórum Trabalho, Educação e Desenvolvimento: Desafios e Perspectivas da Educação Profissional, em Salvador.

O Fórum é composto por entidades representativas de trabalhadores e de empresários, dos movimentos sociais, órgãos públicos estaduais, representantes de professores e estudantes de Educação Profissional. Devido a essa composição, constitui-se em um espaço de interlocução, intercâmbio, integração e articulação entre entidades, instituições e associações públicas e privadas, governamentais e não governamentais e movimentos sociais, de caráter permanente, propositivo, consultivo e mobilizador.

O indicador proposto para acompanhar a evolução deste problema é a *Número de sessões realizadas do Fórum de Educação Profissional da Bahia*. Após a reinstalação foram realizadas 4 sessões do FEP/BA, uma em 2010 e mais três sessões em 2011.

XI – Insuficiente integração e articulação do Ensino Médio com a Educação Profissional

Outro problema de articulação da rede de educação profissional é a sua insuficiente integração com o ensino médio. Para além dos problemas de cobertura apresentados anteriormente, a educação profissional possui pouca presença ou integração com o ensino médio. Isso decorre do fato de a dimensão do trabalho não estar inserida neste nível de ensino ou não adequadamente, o que torna, em geral, a procura pela formação profissional uma decisão individual.

Dois indicadores foram propostos para acompanhar esse problema: Presença de oferta de Formação Inicial e Continuada no ensino médio. Em 2007 e 1010, não havia oferta desta modalidade por parte da estrutura do ensino médio. Vale ressaltar, no entanto, que

alunos do ensino médio podem ter realizado cursos de Formação Inicial e Continuada, inclusive os ofertados pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ) do governo federal neste período, porém por iniciativa própria ou encaminhados pelo SINE (Sistema Nacional de Emprego), mas sem ser relacionado à sua situação escolar. O outro indicador é a Existência de Câmara Técnica de Educação Profissional no Conselho Estadual de Educação. Foi criada a Câmara Técnica de Educação Profissional no Conselho Estadual de Educação Profissional.

XII – Insuficiente articulação dos Centros de Educação Profissional com os segmentos do mundo do trabalho, sociedade civil e órgãos públicos municipais do território

Além da desarticulação do Fórum de Educação Profissional da Bahia, abordada no primeiro problema apresentado dessa dimensão, percebe-se também a insuficiente articulação dos Centros de Educação Profissional com os segmentos do mundo do trabalho, sociedade civil e os órgãos públicos municipais do território.

Para analisar este problema, portanto, foi sugerido dois indicadores: *Número de entidades do mundo do trabalho, sociedade civil e órgãos públicos municipais na composição dos Conselhos dos Centros de Educação Profissional; Número de reuniões e presença dos Conselheiros dos Conselhos dos Centros de Educação Profissional.* Ambos indicadores necessitam ser processados e sistematizados, para tanto sugere-se a realização de um levantamento do perfil dos Conselhos dos Centros de Educação Profissional, buscando captar a presença, representatividade e participação de membros dos segmentos do mundo do trabalho, sociedade civil e órgãos públicos municipais dos territórios de identidade nestes conselhos.

2.3 – Indicadores de qualidade

Por fim, a terceira dimensão abordada para analisar o macro-problema, a *qualidade*, teve sete causas/problemas identificados que afetam a oferta de educação profissional no estado da Bahia. Em relação à esta dimensão os problemas identificados são naturezas distintas e complementares tem origem tanto na quantidade, qualidade e capacitação e formas de contratação do corpo docente, quanto à infraestrutura de laboratórios e equipamentos nas unidades, dificuldade de inserção dos alunos no mundo do trabalho e até mesmo a prática pedagógica específica e o material didático próprios.

Para a análise dessa dimensão e o monitoramento dos impactos das ações desenvolvidas para ampliar a qualidade da rede, foram formulados oito indicadores, sendo que apenas um deles pode ser verificado e para os dois últimos problemas os indicadores ainda estão por ser construídos (Quadro VII).

QUADRO VII
INDICADORES DE QUALIDADE

Causas/ Problemas	INDICADORES	FONTE
XIII - Insuficiência de docentes para educação profissional	Proporção de docentes alocados nos Ceteps em relação ao quantitativo ideal projetado Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Suprof/Sec
	Proporção de docentes alocados nos Ceteps em relação ao quantitativo de alunos matriculados Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Suprof/Sec
XIV - Qualificação/formação insuficiente dos docentes de educação profissional	Proporção de docentes licenciados e bacharéis no total de docentes da educação profissional Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade (Tabela 09)	INEP, Censo Escolar.
	Número de cursos de formação continuada ofertados para os docentes da educação profissional Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Suprof/Sec
	Número de docentes que participaram de cursos de formação/capacitação em educação profissional Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Suprof/Sec
XV - Distintas formas de contratação dos docentes	Número de docentes por formas de contratação Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Suprof/Sec
XVI - Insuficiência, precariedade e/ou defasagem dos laboratórios e equipamentos das unidades	Existência de laboratório de ciência, sala de informática e biblioteca e existência de equipamentos (Tabelas 10 e 11) Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Suprof/Sec
II - Dificuldade de inserção dos	Proporção de alunos formados	

QUADRO VII
INDICADORES DE QUALIDADE

Causas/ Problemas	INDICADORES	FONTE
estudantes da rede estadual de educação profissional no mundo do trabalho	pela rede estadual de educação profissional que foram encaminhados para o SINE Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	
	Proporção de alunos formados que encontram uma vaga de emprego em sua área de formação em até seis meses após sua formatura Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Suprof/Sec
	Proporção de alunos que realizam estágio Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Suprof/Sec
XVIII - Distanciamento da prática educativa nos cursos de educação profissional em relação às necessidades de aprendizagem dos alunos (articulação teoria e prática)	Indicador a ser construído	Suprof/Sec
XIX - Insuficiência de material didático para os cursos de educação profissional	Indicador a ser construído	Suprof/Sec

Apresentaremos agora as causas/problemas de qualidade identificados e os indicadores propostos para sua análise e monitoramento dos impactos das políticas públicas.

XIII – Insuficiência de docentes para educação profissional

A qualidade da educação está diretamente relacionada ao seu corpo técnico, seja na quantidade, seja na qualidade, como será visto no próximo item. Sendo assim, nos cursos de Educação Profissional, também é condição inicial para o seu bom funcionamento a presença de professores em quantidade adequada para atender os alunos de acordo com as vagas oferecidas e se buscar os melhores resultados.

Para o monitoramento e acompanhamento deste problema, foram formulados dois indicadores: *Proporção de docentes alocados nos Ceteps em relação ao quantitativo ideal projetado* e *Proporção de docentes alocados nos Ceteps em relação ao quantitativo de alunos matriculados*. As bases de dados existentes não possibilitaram o

cálculo destes indicadores seja pela insuficiência ou até mesmo inexistência da informação, ficando a indicação para a sua elaboração.

XIV – Qualificação/formação insuficiente dos professores de educação profissional

Além da quantidade de docentes a qualidade dos cursos oferecidos pela rede de educação profissional depende também da qualificação e formação desses professores. Essa questão engloba tanto a formação dos docentes, em termos de graus de escolaridade adquiridos, quanto a sua qualificação específica e formação continuada.

Para se acompanhar este problema propôs-se a construção de três indicadores: O primeiro deles *Proporção de Docentes Licenciados e Bacharéis no total de Docentes da Educação Profissional* *proporção de docentes licenciados e bacharéis no total de docentes da Educação Profissional*, sendo este um indicador da educação formal destes docentes. A expansão das matrículas na educação profissional no período foi acompanhada também de uma expansão do número de docentes. Estes docentes em sua grande maioria são oriundos da rede pública estadual, alocados nas antigas unidades educacionais, transformadas em centros de educação profissional. Sendo assim ocorreu uma mudança no perfil dos docentes existentes em 2007. Em 2010 a proporção de docentes que possuíam licenciatura e bacharelado foi menor do que a proporção de docentes com este atributo em 2007, indicando que as novas unidades possuíam um perfil menor de docentes licenciados e bacharéis.

Com relação à sua qualificação específica ou continuada foram propostos dois indicadores: *Número de Cursos de Formação Continuada Ofertados para os Docentes da Educação Profissional*; e, *Número de Docentes que participaram de Cursos de Formação/Capacitação para Educação Profissional*. As bases de dados para verificação destes indicadores ainda precisam ser construídas.

XV – Distintas formas de contratação dos docentes

Existe mais de uma forma de contratação tanto do pessoal docente quanto do pessoal não docente. Em relação ao pessoal docente, a principal forma de contratação é o docente concursado regido pelo estatuto do servidor e que pertence ao quadro permanente. Entretanto, observou-se pessoal contratado nestas funções através do Regime Especial de Direito Administrativo (Reda). A qualidade da educação profissional também é afetada em razão das diferentes formas de contratação dos professores posto que a permanência e estabilidade destes docentes na rede de educação profissional também está relacionada a sua forma de contratação além das dificuldades em gerir um quadro de pessoal com regras de contratação diferenciadas. O indicador proposto para acompanhamento deste problema é o *Número de docentes por formas de contratação*.

XVI – Insuficiência, precariedade e/ou defasagem dos laboratórios e equipamentos das unidades

A qualidade dos cursos de educação profissional ofertados também está relacionada a adequação dos equipamentos presentes nos seus estabelecimentos. Um dos principais problemas a ser analisado, portanto, é o da *Insuficiência, precariedade e/ou defasagem dos laboratórios e equipamentos das unidades*.

Para analisar esse problema foi proposto o acompanhamento de dois indicadores: *Existência de laboratório de ciência, sala de informática e biblioteca e existência de equipamentos*. Ambos puderam ser calculados pelo Censo Escolar para os anos de 2007 e 2010.

A existência de *laboratórios de ciência* era uma realidade, em 2010, em apenas 58,2% das escolas técnicas da rede de educação profissional da Bahia. Apesar de reduzido, esse valor representa uma situação melhor do em relação ao ano de 2007, quando apenas 45,2% das escolas técnicas possuíam laboratórios de ciência.

Já a *sala de informática* estava presente na quase totalidade das escolas técnicas baianas em 2010 (91,8%), resultado bastante superior ao de 2007 (76,2%).

Esses resultados evidenciam que a expansão do número de estabelecimentos da rede estadual de educação profissional se deu com unidades mais bem equipadas que as anteriores, no que diz respeitos a essas duas dependências.

As bibliotecas, por outro lado, apesar de estarem presentes na maioria das escolas do estado em 2010 (85,6%), diminuíram sua presença em relação a 2007 (90,5%). Ou seja, entre as novas escolas, um menor número tinha biblioteca.

Em relação aos demais equipamentos estes são: Televisão; Videocassete; DVD; Antena Parabólica; Fotocopiadora; Retroprojetor; Impressora e, Computadores. Em 2007, praticamente todas as unidades possuíam Televisão, Impressoras e Computadores (entre 95,0% e 100,0%), 90,5% possuíam Retroprojetor, 88,1% e 85,7% respectivamente possuíam Videocassete e DVD, Antena Parabólica 66,7% e apenas 42,9% possuíam Fotocopiadora. Já em 2010 entre 91,0% e 98,0% possuíam a maioria destes equipamentos e entre 71,0% e 76,0% possuíam Videocassete, Antena Parabólica e Fotocopiadora. Muito provavelmente estes últimos registram uma menor ocorrência em razão da sua substituição por equipamentos com uma base tecnológica superior, caso típico da substituição do videocassete pelo aparelho de DVD.

XVII – Dificuldade de inserção dos estudantes da rede estadual de educação profissional no mundo do trabalho

Como decorrência de todos os problemas identificados anteriormente, os alunos egressos da rede estadual de Educação Profissional muitas vezes encontram, após a

conclusão dos cursos, outro problema: a dificuldade em encontrarem um emprego adequado à sua formação.

Para se investigar esse problema e sua evolução foram formulados três indicadores: *Proporção de alunos formados pela rede estadual de educação profissional que foram encaminhados para o SINE; Proporção de alunos formados que encontram uma vaga de emprego em sua área de formação em até seis meses após sua formatura; Proporção de alunos que realizam estágio;*

O indicador *proporção de alunos formados pela rede estadual de educação profissional que foram encaminhados para o SINE* tem o objetivo de acompanhar o nível de articulação da educação profissional com o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) através da relação com uma de suas “pernas”, a intermediação de mão-de-obra. Seria adequado que todos passassem por um sistema de intermediação pública e eficaz, de modo a acelerar e permitir uma melhor inserção dos egressos da educação profissional no mercado de trabalho. Esse indicador não pôde ser calculado, dada a inexistência de bases de dados que cruzem as duas informações.

O segundo indicador, *proporção de alunos formados que encontram uma vaga de emprego em até seis meses após sua formatura*, busca dimensionar a quantidade de egressos que encontram vagas, independente dos meios de procura. Dada a inexistência de pesquisas de acompanhamento de egressos, esse indicador não pode ser calculado.

Por fim, a *realização de estágio por CETEP/Eixos e Curso* indica um meio de aproximar os estudantes do mundo do trabalho ainda no período formativo, o que pode resultar na sua colocação após a conclusão dos cursos. Este indicador também não dispõe de bases de dados para ser calculado.

XVIII – Distanciamento da prática educativa nos cursos de educação profissional em relação às necessidades de aprendizagem dos alunos (articulação teoria e prática)

Um dos principais dilemas enfrentados pelos gestores e docentes de educação profissional é o da adequação da prática educativa às necessidades de aprendizagem dos alunos. Essa dificuldade decorre de diversos aspectos, sejam eles metodológicos (por exemplo, a dificuldade de ensinar genericamente uma questão que pode se manifestar de forma diferenciada na prática), estruturais (falta de equipamentos adequados) ou, principalmente, oriundos da dificuldade dos formuladores de políticas e currículos de compreender adequadamente as características de cada curso e sua adequação as realidades para a qual estão formando e sua dinâmica.

A compatibilidade entre teoria e prática poderia ser aperfeiçoada, em parte, através de um eficaz instrumento de prospecção que antecipasse não só as necessidade e demandas ocupacionais (como abordado anteriormente), mas também as inovações tecnológicas

surgidas em tempo suficiente de se fazer as adequações curriculares. Embora este problema afete a qualidade da educação profissional que é oferecida, o mesmo exige um maior aprofundamento e conhecimento dos seus condicionantes e manifestação para em seguida construir um indicador que reflita esta questão em toda sua complexidade.

XIX – Insuficiência de material didático para os cursos de educação profissional

A qualidade dos cursos de educação profissional oferecidos também depende do material didático utilizado. Um dos problemas identificados na rede estadual é a insuficiência do material didático, seja em quantidade, seja no conteúdo. Esta insuficiência pode ser em razão dos novos cursos que foram implantados e mesmo nos cursos tradicionais o custo deste material não é compatível com o poder aquisitivo dos alunos. Para esse problema não se formulou nenhum indicador para ser monitorado.

Por último vale ressaltar que da mesma forma que o Observatório da Equidade procedeu para o Brasil buscou-se também aqui propor pelo menos um indicador para cada um dos dezenove problemas causais identificados permitindo dimensionar o problema na situação inicial estabelecida e depois acompanhar sua evolução. Para três causas, entretanto não foi possível formular indicadores seja porque faltaram elementos ou mesmo um conhecimento maior do problema em todas as suas dimensões. Entretanto o mesmo foi detalhado, ficando a sugestão para a continuidade da observação. Para alguns indicadores propostos as bases de dados disponíveis não permitem o seu cálculo de um lado porque não estão sistematizadas ou até mesmo as bases de dados e os registros possuem lacunas e inconsistências ficando como sugestão para a sua construção e aprimoramento por parte dos agentes públicos e produtores de informação.

Abaixo o quadro com o glossário dos indicadores.

QUADRO VIII
GLOSSÁRIO DE INDICADORES – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTE DE DADOS
1. Relação entre matrícula na Educação Profissional técnica de nível médio ¹ e a estimativa de demanda potencial ²	Razão entre as matrículas na rede estadual de educação profissional técnica de nível médio ¹ e a demanda potencial ² de matrículas na educação profissional técnica de nível médio	Inep. Censo Escolar
2. Distribuição das matrículas na Educação Profissional por tipo de oferta	Participação das formas de articulação entre o ensino médio e a educação profissional no total de matrículas da educação profissional	Inep. Censo Escolar

QUADRO VIII
GLOSSÁRIO DE INDICADORES – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTE DE DADOS
3. Distribuição das matrículas na Educação Profissional por eixos tecnológicos	Participação das matrículas nos eixos tecnológicos no total das matrículas na rede estadual da educação profissional, conforme consta no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 3/2008; Portaria nº 870, de 16 de Julho de 2008)	Sec. Suprof
4. Distribuição das matrículas na Educação Profissional segundo alguns atributos pessoais (Sexo, Faixa Etária, Etnias)	Participação das matrículas de mulheres e homens no total de matrículas da rede estadual de educação profissional Participação das matrículas das pessoas de 10 a 13 anos, 14 a 17 anos, 18 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 49 anos, 50 a 64 anos e 65 a 79 anos no total de matrículas da rede estadual de educação profissional Participação das matrículas de brancos, pretos, pardos e outras cores e etnias no total de matrículas da rede estadual de educação profissional	Inep. Censo Escolar
5. Proporção de matrículas na Educação Profissional em cursos correspondentes às ocupações das 10 famílias ocupacionais de maior geração de emprego	Indicador a ser calculado	-
6. Distribuição das matrículas na Educação Profissional por Territórios de Identidade	Participação das matrículas na Educação Profissional por Territórios de Identidade segundo a divisão estabelecida pela administração pública do estado da Bahia	Inep. Censo Escolar
7. Número de estabelecimentos de Educação Profissional	Número de estabelecimentos que possuem pelo menos uma turma com alunos matriculados em cursos na modalidade educação profissional	Inep. Censo Escolar

QUADRO VIII
GLOSSÁRIO DE INDICADORES – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTE DE DADOS
8. Proporção do gasto público com Educação Profissional em relação ao total do gasto público com educação na rede estadual	Indicador a ser calculado	-
9. Proporção do gasto público federal com Educação Profissional em relação ao total do gasto público com educação profissional na rede estadual	Indicador a ser calculado	-
10. Existência de um fundo específico para a Educação Profissional	Verificação da existência	-
11. Número de Instrumentos Normativos da Educação Profissional (Leis, Decretos, Resoluções CEE, Instruções Normativas e Portarias)	Indicador a ser calculado	-
12. Existência de ações de certificação	Verificação da existência	-
13. Existência de instrumentos de certificação	Verificação da existência	-
14. Número de sessões realizadas do Fórum de Educação Profissional da Bahia	Verificação da existência	-
15. Existência de oferta de Formação Inicial e Continuada no ensino médio	Verificação da existência	-
16. Existência de Câmara Técnica de Educação Profissional no Conselho Estadual de Educação	Verificação da existência	-
17. Número de entidades do mundo do trabalho, sociedade civil e órgãos públicos municipais na composição dos Conselhos dos Centros de Educação Profissional	Indicador a ser calculado	-
18. Número de reuniões e presença dos Conselheiros dos Conselhos dos Centros de Educação Profissional	Indicador a ser calculado	-

QUADRO VIII
GLOSSÁRIO DE INDICADORES – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTE DE DADOS
19. Proporção de docentes alocados nos Ceteps em relação ao quantitativo ideal projetado	Indicador a ser calculado	-
20. Proporção de docentes alocados nos Ceteps em relação ao qualitativo de alunos matriculados	Indicador a ser calculado	-
21. Proporção de Docentes Licenciados e Bacharéis no total de Docentes da Educação Profissional	Número de docentes dos estabelecimentos da rede estadual de educação profissional cujo curso de educação superior é de bacharelado ou de licenciatura	Inep. Censo Escolar
22. Número de cursos de formação continuada ofertados para os docentes da educação profissional	Indicador a ser calculado	-
23. Número de docentes por formas de contratação	Indicador a ser calculado	-
24. Existência de laboratório de ciência, sala de informática e biblioteca e existência de equipamentos.	Percentual de estabelecimentos da rede estadual de educação profissional que declararam possuir espaços funcionais (sala de diretor, sala de professores, laboratórios, biblioteca, cozinha, dependências adequadas a alunos com mobilidade reduzida, banheiros, cozinha etc.) Percentual de estabelecimentos da rede estadual de educação profissional que declararam possuir equipamentos utilizados nas atividades didáticas (televisão, videocassete, DVD etc.)	Inep. Censo Escolar
25. Proporção de alunos formados pela rede estadual de educação profissional que foram encaminhados para o SINE	Indicador a ser calculado	-
26. Proporção de alunos formados que encontram uma vaga de emprego compatível com sua formação em até seis meses após	Indicador a ser calculado	-

QUADRO VIII
GLOSSÁRIO DE INDICADORES – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTE DE DADOS
sua formatura		
27. Proporção de alunos que realizam estágio	Indicador a ser calculado	-

¹ Número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio nas escolas subordinadas administrativamente ao estado

² Número de matrículas na primeira e segunda série do ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio escolas subordinadas administrativamente ao estado

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Secretaria de Educação, Revista Nossa Escola, Informativo da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, Ano IV nº19 Maio/Junho de 2012. Disponível em <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoprofissional>

BRASIL. Presidência da República, Observatório da Equidade. *As Desigualdades na Educação Escolar no Brasil*. Brasília: Presidência da República, Observatório da Equidade, 2006. 44 p. (Relatório de Observação; 1)

_____. Presidência da República, Observatório da Equidade. *As Desigualdades na Escolarização no Brasil*. Brasília: Presidência da República, Observatório da Equidade, 2007. 44p. (Relatório de Observação; 2)

_____. Presidência da República, Observatório da Equidade. *As Desigualdades na Escolarização no Brasil*. Brasília: Presidência da República, Observatório da Equidade, 2009. 56 p. (Relatório de Observação; 3)

_____. Presidência da República, Observatório da Equidade. *As desigualdades na escolarização no Brasil*: Relatório de observação nº 4. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, 2ª Edição, 2011. 60 p. (Relatório de Observação; 4)

HUERTAS, Franco. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: Fundap, 1996.

JANUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil, 2ª Edição, Campinas, SP: Editora Alínea, 2003, 141 p.

MATUS, Carlos. Adeus, Senhor Presidente: planejamento, antiplanejamento e governo. Recife: Litteris, 1989.

_____. O Plano como Apostila. In São Paulo em Perspectiva. Crise do estado e do planejamento v.05/ nº.4/ Out-Dez, pg 28-42São Paulo 1991.

ANEXOS

Anexo 1

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
COBERTURA			
I - Insuficiente cobertura da Educação Profissional	Relação entre matrícula na Educação Profissional técnica de nível médio ¹ e a estimativa de demanda potencial ² Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade (Tabela 01)	Bahia	
		1,5%	6,6%
	Baixo Sul Médio Sudoeste da Bahia Bacia do Rio Grande Bacia do Paramirim Bacia do Jacuípe Recôncavo Costa do Descobrimento	Piemonte da Diamantina	Costa do Descobrimento Itaparica
	0,0%	5,7%	0,8% 25,0%
	Desigualdade = 5,7 pontos percentuais		Desigualdade = 24,2 pontos percentuais
II - Inadequação da oferta de Educação Profissional às demandas e necessidades do desenvolvimento dos territórios e do	Distribuição das matrículas na Educação Profissional por tipo de oferta (Tabela 02)	Bahia	
	Integrada (45,2%) Concomitante (9,4%) Subsequente (40,3%) Projeja Médio (5,1%)	Integrada (69,0%) Concomitante (0,0%) Subsequente (24,8%) Projeja Médio (6,3%)	
	Integrada	Irecê, Litoral Sul, Litoral Norte e Agreste Baiano (0,0%) Velho Chico, Extremo	Portal do Sertão (21,7%) Vale do Jequiriçá e Costa do Descobrimento

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
mundo do trabalho		Sul, Vale do Jequiriçá, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte da Diamantina, Itaparica, e Piemonte Norte do Itapicuru (100%)	(100,0%)
		Concomitante	Velho Chico, Sisal, Litoral Sul, Extremo Sul, Vale do Jequiriçá, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Itaparica e Piemonte Norte do Itapicuru (0,0%) Irecê Litoral Norte e Agreste Baiano (100,0%)
		Subsequente	Irecê, Velho Chico, Sisal, Litoral Sul, Extremo Sul,
		Subsequente	Vale do Jequiriçá, Sertão Produtivo e Costa do

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
	Projeja Médio	Vale do Jequiriçá, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte da Diamantina, Litoral Norte e Agreste Baiano, Bacia do Rio Corrente, Itaparica e Piemonte Norte do Itapicuru (0,0%) Portal do Sertão (93,7%)	Descobrimento (0,0%) Portal do Sertão (78,3%)
		Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Extremo Sul, Vale do Jequiriçá, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Médio Rio das Contas, Bacia do Rio	Irecê, Chapada Diamantina, Extremo Sul, Vale do Jequiriçá, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão, Médio Rio das Contas, Itaparica, e Costa do Descobrimento (0,0%) Bacia do Rio Corrente (100,0%)

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
	Distribuição das matrículas na Educação Profissional por eixos tecnológicos Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade (Tabela 03)	Corrente, Itaparica, e Piemonte Norte do Itapicuru (0,0%) Litoral Sul (100,0%)	
		Bahia (2012)	
	Ambiente, saúde e segurança (13 cursos)		30,8%
	Gestão e negócios (11 cursos)		19,9%
	Recursos naturais (8 cursos)		15,5%
	Informação e comunicação (5 cursos)		14,1%
	Distribuição das matrículas na Educação Profissional segundo alguns atributos pessoais (Sexo, Faixa Etária, Etnias) Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Bahia	
	52,6% eram mulheres; 29,1% de 14 a 17 anos e 48,6% de 18 a 24 anos; 27,2% eram pretos e pardos e 68,6% sem declaração.		39,8% eram mulheres; 40,3% de 14 a 17 anos e 34,4% de 18 a 24 anos; 47,4% eram pretos e pardos e 45,7% sem declaração.
	Médio Rio das Contas	32,4% eram mulheres	Médio Rio das Contas
	Bacia do Rio Corrente	76,0% eram mulheres	Itaparica
	Sisal	0,6% de 14 a 17 anos	Portal do Sertão
			14,7% de 14 a 17 anos

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007		2010	
	(Tabelas 04, 05 e 06)	Vale do Jiquiriçá	83,3% de 14 a 17 anos	Costa do Descobrimento	75,5% de 14 a 17 anos
		Vale do Jiquiriçá Irecê	16,7% de 18 a 24 anos 69,3% de 18 a 24 anos	Extremo Sul Bacia do Jacuípe	19,9% de 18 a 24 anos 48,4% de 18 a 24 anos
		Vitória da Conquista Piemonte Norte do Itapicuru	81,0% eram pretos e pardos 13,6% sem declaração 6,6% eram pretos e pardos 93,4% sem declaração	Médio Sudoeste da Bahia Semiárido Nordeste II	68,6% eram pretos e pardos 23,9% sem declaração 21,6% eram pretos e pardos 72,6% sem declaração
	Proporção de matrículas na Educação Profissional em cursos correspondentes às ocupações das 10 famílias ocupacionais de maior geração de emprego	Indicador a ser calculado		Indicador a ser calculado	

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
III - Concentração geográfica das matrículas na Educação Profissional	Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade		
	Distribuição das matrículas na Educação Profissional por Territórios de Identidade Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade (Tabela 07)	Bahia	
		8.995 matrículas	35.677 matrículas
		Baixo Sul Médio Sudoeste da Bahia Bacia do Rio Grande Bacia do Paramirim Bacia do Jacuípe Recôncavo Costa do Descobrimento	0% do total das matrículas
		Metropolitana de Salvador	29,2% do total das matrículas
IV - Número insuficiente de unidades de Educação Profissional	Número de estabelecimentos de Educação Profissional Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Bahia	
		42 estabelecimentos	146 estabelecimentos
		Baixo Sul Médio Sudoeste da Bahia Bacia do Rio Grande Bacia do Paramirim	sem estabelecimento
		Médio Rio das Contas Piemonte Norte do Itapicuru Costa do Descobrimento	2 estabelecimentos

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007		2010	
	(Tabela 8)	Bacia do Jacuípe Recôncavo Costa do Descobrimento Metropolitana de Salvador	11 estabelecimentos	Metropolitana de Salvador	36 estabelecimentos
V - Recursos insuficientes para o financiamento da Educação Profissional	Proporção do gasto público com Educação Profissional em relação ao total do gasto público com educação na rede estadual Nível geográfico: Bahia e territórios de identidade	Indicador a ser calculado		Indicador a ser calculado	
	Proporção do gasto público federal com Educação Profissional em relação ao total do gasto público com educação profissional na rede estadual Nível geográfico: Bahia	Indicador a ser calculado		Indicador a ser calculado	

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
	e territórios de identidade		
VI - Inexistência de previsão legal para o financiamento da Educação Profissional	Existência de um fundo específico para a Educação Profissional	Não existe	Não existe
VII - Inexistência de marco regulatório estadual para educação profissional	Número de Instrumentos Normativos da Educação Profissional (Leis, Decretos, Resoluções CEE, Instruções Normativas e Portarias)	Indicador a ser calculado	Indicador a ser calculado
VIII - Inadequação do modelo de gestão frente aos desafios da Educação Profissional	Indicador a ser construído		

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
IX - Inexistência de certificação profissional na rede pública estadual de Educação Profissional	Existência de ações de certificação Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Não existem ações	Não existem ações
	Existência de instrumentos de certificação Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Não existem instrumentos	Não existem instrumentos

ARTICULAÇÃO

X - Desarticulação do Fórum de Educação Profissional da Bahia	Número de sessões realizadas do Fórum de Educação Profissional da Bahia	Nenhuma sessão realizada	Realizada 1 Sessão em 2010 Realizada 3 Sessões em 2011
XI - Insuficiente integração e articulação	Existência de oferta de Formação Inicial e Continuada no ensino	Indicador a ser calculado	Indicador a ser calculado

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
Ensino Médio com a Educação Profissional	médio Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade		
	Existência de Câmara Técnica de Educação Profissional no Conselho Estadual de Educação	Indicador a ser calculado	Indicador a ser calculado
XII - Insuficiente articulação dos Centros de Educação Profissional com os segmentos do mundo do trabalho, sociedade civil e órgãos públicos municipais do território	Número de entidades do mundo do trabalho, sociedade civil e órgãos públicos municipais na composição dos Conselhos dos Centros de Educação Profissional Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Indicador a ser calculado	Indicador a ser calculado
	Número de reuniões e presença dos Conselheiros dos Conselhos dos Centros	Indicador a ser calculado	Indicador a ser calculado

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
	de Educação Profissional Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade		
QUALIDADE			
XIII - Insuficiência de docentes para educação profissional	Proporção de docentes alocados nos Ceteps em relação ao quantitativo ideal projetado Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Indicador a ser calculado	Indicador a ser calculado
	Proporção de docentes alocados nos Ceteps em relação ao qualitativo de alunos matriculados Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Indicador a ser calculado	Indicador a ser calculado
XIV	Proporção de Docentes Licenciados e Bacharéis no	Bahia	69,7
		89,0%	

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007		2010	
Qualificação/formação insuficiente dos docentes de educação profissional Proporção Docentes	total de Docentes da Educação Profissional Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade (Tabela 09)	Chapada Diamantina Velho Chico Baixo Sul Médio Sudoeste da Bahia Bacia do Rio Grande Sertão Produtivo Bacia do Jacuípe Recôncavo Itaparica Piemonte Norte do Itapicuru	50,0% 100,0%	Bacia do Rio Corrente Itaparica	25,5% 86,3%
	Número de cursos de formação continuada ofertados para os docentes da educação profissional Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Indicador a ser calculado		Indicador a ser calculado	

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
XV - Distintas formas de contratação dos docentes Número de docentes por formas de contratação Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Número de docentes por formas de contratação Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Indicador a ser calculado	Indicador a ser calculado
XVI - Insuficiência, precariedade e/ou defasagem dos laboratórios e equipamentos das unidades	Existência de laboratório de ciência, sala de informática e biblioteca e existência de equipamentos Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade (Tabelas 10 e 11)	Ver Tabelas 10 e 11 em anexo	Ver Tabelas 10 e 11 em anexo
XVII - Dificuldade	Proporção de alunos	Indicador a ser calculado	Indicador a ser calculado

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
de inserção dos estudantes da rede estadual de educação profissional no mundo do trabalho	formados pela rede estadual de educação profissional que foram encaminhados para o SINE Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade		
	Proporção de alunos formados que encontram uma vaga de emprego compatível com sua formação em até seis meses após sua formatura Nível Geográfico: Bahia e Territórios de Identidade	Indicador a ser calculado	Indicador a ser calculado
	Proporção de alunos que realizam estágio Nível Geográfico: Bahia	Indicador a ser calculado	Indicador a ser calculado

Matriz do Macro-Problema da Educação Profissional da Bahia: Causas e Indicadores

Subprojeto II - Produto 02: Construção de Metodologia de Levantamento dos Indicadores de EP do Estado, baseado no CDES e Suplemento PNAD e PED

Macro-Problema	Insuficiência e inadequação da oferta de educação profissional* na Rede Pública Estadual de Educação - cobertura, qualidade e articulação. (*educação profissional técnica de nível médio – EPT, nas suas três formas de desenvolvimento e articulação: integrada; concomitante e subsequente, e ainda o Projeja Médio)
	Espaço da Análise do Problema: Rede Pública Estadual de Educação
	Autor: Superintendência de Educação Profissional/SUPROF

CAUSAS	INDICADORES	2007	2010
	e Territórios de Identidade		
XVIII - Distanciamento da prática educativa nos cursos de educação profissional em relação às necessidades de aprendizagem dos alunos (articulação teoria e prática)	Indicador a ser construído		
XIX - Insuficiência de material didático para os cursos de educação profissional	Indicador a ser construído		

Notas:

¹ Inclui as modalidades integrada, concomitante, subsequente e Projeja Médio

² Total de matrículas na 1^a e 2^a série do ensino médio e EJA de nível médio

Anexo 2

Tabelas com as séries históricas dos indicadores construídos

T1. Relação entre matrícula na educação profissional técnica de nível médio⁽¹⁾ da rede estadual e estimativa de demanda potencial⁽²⁾, segundo territórios de identidade

Bahia 2007 e 2010

Territórios de identidade	2007			2010		
	Matrículas na educação profissional técnica de nível médio da rede estadual	Demandas potenciais	Razão entre as matrículas na educação profissional e a demanda potencial (em %)	Matrículas na educação profissional técnica de nível médio da rede estadual	Demandas potenciais	Razão entre as matrículas na educação profissional e a demanda potencial (em %)
Irecê	345	16.531	2,1	285	14.048	2,0
Velho Chico	323	15.007	2,2	786	13.711	5,7
Chapada Diamantina	56	14.347	0,4	519	14.634	3,5
Sisal	154	23.985	0,6	1.086	21.216	5,1
Litoral Sul	102	34.263	0,3	2.279	29.399	7,8
Baixo Sul	0	13.217	0,0	864	13.172	6,6
Extremo Sul	204	16.978	1,2	1.079	14.148	7,6
Médio Sudoeste da Bahia	0	9.089	0,0	506	8.010	6,3
Vale do Jequiricá	150	12.289	1,2	335	12.008	2,8
Sertão do São Francisco	1.061	20.650	5,1	1.230	16.900	7,3
Bacia do Rio Grande	0	16.528	0,0	1.282	14.945	8,6
Bacia do Paramirim	0	6.302	0,0	832	5.518	15,1
Sertão Produtivo	100	17.883	0,6	1.264	15.799	8,0
Piemonte do Paraguaçu	72	9.690	0,7	1.096	8.977	12,2
Bacia do Jacuípe	0	9.754	0,0	572	8.604	6,6
Piemonte da Diamantina	503	8.758	5,7	602	8.486	7,1
Semiárido Nordeste II	178	14.695	1,2	598	13.233	4,5
Litoral Norte e Agreste Baiano	31	24.638	0,1	1.712	24.736	6,9
Portal do Sertão	1.834	40.816	4,5	2.074	36.164	5,7
Vitória da Conquista	184	25.706	0,7	1.063	24.552	4,3
Recôncavo	0	26.110	0,0	1.110	24.110	4,6
Médio Rio das Contas	595	16.264	3,7	604	14.393	4,2
Bacia do Rio Corrente	121	9.686	1,2	686	7.615	9,0
Itaparica	329	6.911	4,8	1.296	5.179	25,0
Piemonte Norte do Itapicuru	30	12.504	0,2	1.608	11.544	13,9
Metropolitana de Salvador	2.623	172.072	1,5	10.199	142.751	7,1
Costa do Descobrimento	0	14.447	0,0	110	13.196	0,8
Total	8.995	609.120	1,5	35.677	537.048	6,6

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui as modalidades integrada, concomitante, subsequente e Projeja Médio

(2) Total de matrículas na 1^a e 2^a série do ensino médio e EJA de nível médio

T2. Distribuição das matrículas na rede estadual de educação profissional por tipo de oferta

Bahia 2007 e 2010 (em %)

Territórios de Identidade	2007						2010					
	Integrada	Concomitante	Subsequente	Projeja Médio	Total	Total (em n ^{os} absolutos)	Integrada	Concomitante	Subsequente	Projeja Médio	Total	Total (em n ^{os} absolutos)
Irecê	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	345	53,0	0,0	47,0	0,0	100,0	285
Velho Chico	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	323	55,9	0,0	39,4	4,7	100,0	786
Chapada Diamantina	51,8	14,3	33,9	0,0	100,0	56	75,3	0,0	24,7	0,0	100,0	519
Sisal	29,2	0,0	0,0	70,8	100,0	154	68,0	0,0	29,3	2,8	100,0	1.086
Litoral Sul	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	102	78,1	0,0	5,2	16,7	100,0	2.279
Baixo Sul	-	-	-	-	-	-	87,3	0,0	5,9	6,8	100,0	864
Extremo Sul	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	204	84,6	0,0	15,4	0,0	100,0	1.079
Médio Sudoeste da Bahia	-	-	-	-	-	-	80,4	0,0	7,5	12,1	100,0	506
Vale do Jequiriçá	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	150	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	335
Sertão do São Francisco	31,3	9,0	59,8	0,0	100,0	1.061	74,8	0,0	15,0	10,2	100,0	1.230
Bacia do Rio Grande	-	-	-	-	-	-	83,9	0,0	11,5	4,6	100,0	1.282
Bacia do Paramirim	-	-	-	-	-	-	72,7	0,0	20,7	6,6	100,0	832
Sertão Produtivo	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100	97,9	0,0	0,0	2,1	100,0	1.264
Piemonte do Paraguaçu	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	72	88,5	0,0	11,5	0,0	100,0	1.096
Bacia do Jacuípe	-	-	-	-	-	-	85,5	0,0	14,5	0,0	100,0	572
Piemonte da Diamantina	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	503	75,4	0,0	12,5	12,1	100,0	602
Semiárido Nordeste II	43,8	0,0	56,2	0,0	100,0	178	74,1	0,0	18,1	7,9	100,0	598
Litoral Norte e Agreste Baiano	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	31	79,9	0,0	12,1	7,9	100,0	1.712
Portal do Sertão	9,7	0,0	90,3	0,0	100,0	1.834	21,7	0,0	78,3	0,0	100,0	2.074
Vitória da Conquista	73,9	0,0	26,1	0,0	100,0	184	73,6	0,0	23,6	2,8	100,0	1.063
Recôncavo	-	-	-	-	-	-	90,5	0,0	7,5	2,1	100,0	1.110
Médio Rio das Contas	6,4	30,6	63,0	0,0	100,0	595	34,1	0,0	65,9	0,0	100,0	604
Bacia do Rio Corrente	31,4	68,6	0,0	0,0	100,0	121	54,2	0,0	13,7	32,1	100,0	686
Itaparica	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	329	50,5	0,0	49,5	0,0	100,0	1.296
Piemonte Norte do Itapicuru	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	30	71,3	0,0	22,8	6,0	100,0	1.608
Metropolitana de Salvador	56,6	4,0	30,0	9,4	100,0	2.623	62,9	0,0	29,5	7,6	100,0	10.199
Costa do Descobrimento	-	-	-	-	-	-	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	110
Total	45,2	9,4	40,3	5,1	100,0	8.995	69,0	0,0	24,8	6,3	100,0	35.677

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

**T3.Distribuição das matrículas da rede estadual de educação profissional, segundo eixos tecnológicos
Bahia 2010 e 2012 (em %)**

Territórios de Identidade	Ambiente, saúde e segurança	Gestão e negócios	Recursos naturais	Informação e comunicação	Hospitalidade e lazer	Controle e processos industriais	Infraestrutura	Produção alimentícia	Produção cultural e design	Produção industrial	Apoio educacional	Total	Total (em nºs absolutos)
2010													
Irecê	16,7	10,0	46,7	0,0	0,0	0,0	10,0	6,7	0,0	10,0	0,0	100,0	900
Velho Chico	24,3	15,0	20,9	11,9	0,0	14,5	0,0	13,3	0,0	0,0	0,0	100,0	798
Chapada Diamantina	33,0	0,0	50,8	0,0	7,7	0,0	7,2	0,0	0,0	1,3	0,0	100,0	679
Sisal	32,6	17,5	13,0	14,2	7,2	0,0	10,9	4,5	0,0	0,0	0,0	100,0	1.363
Litoral Sul	28,4	25,1	10,6	13,4	17,5	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	2.568
Baixo Sul	46,4	17,8	30,1	0,0	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1.163
Extremo Sul	26,5	2,1	1,3	42,3	14,4	0,0	0,0	0,0	0,0	13,4	0,0	100,0	1.352
Itapetinga	33,1	3,0	11,0	24,0	0,0	0,0	0,0	28,9	0,0	0,0	0,0	100,0	973
Vale do Jequiricá	21,4	0,0	26,5	0,0	0,0	0,0	0,0	52,1	0,0	0,0	0,0	100,0	495
Sertão do São Francisco	21,4	17,3	57,5	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	0,0	0,0	0,0	100,0	1.437
Oeste Baiano	12,5	19,0	29,9	33,9	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	100,0	1.423
Bacia do Paramirim	51,4	36,8	0,0	0,0	0,0	0,0	11,7	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	692
Sertão Produtivo	29,4	39,5	17,6	0,0	0,0	10,0	3,5	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	2.146
Piemonte do Paraguaçu	35,0	2,6	20,1	32,5	0,0	9,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1.490
Bacia do Jacuípe	8,8	35,1	39,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17,1	0,0	100,0	684
Piemonte da Diamantina	26,4	35,1	27,5	0,0	0,0	0,0	11,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	794
Semiárido Nordeste II	13,5	0,0	42,1	19,4	0,0	0,0	18,9	6,3	0,0	0,0	0,0	100,0	832
Agreste de Alagoanhas/Litoral Norte	55,2	4,2	6,3	27,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	0,0	100,0	1.970
Portal do Sertão	19,8	7,6	0,3	25,4	0,0	24,1	16,6	6,3	0,0	0,0	0,0	100,0	1.775
Vitória da Conquista	32,7	5,2	17,5	42,0	0,0	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1.163
Recôncavo	25,7	21,1	23,0	14,5	15,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1.397
Médio Rio das Contas	68,3	0,0	1,3	0,0	0,0	13,5	0,0	16,9	0,0	0,0	0,0	100,0	853
Bacia do Rio Corrente	39,8	11,6	41,3	0,0	0,0	0,0	7,4	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	734
Itaparica	28,2	6,0	5,6	6,1	0,0	54,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1.474
Piemonte Norte do Itapicuru	53,1	19,4	27,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1.560
Metropolitana de Salvador	26,8	29,0	0,0	15,3	4,7	19,8	0,6	3,3	0,0	0,6	0,0	100,0	11.902
Bahia	30,3	18,9	14,6	14,5	3,8	10,1	2,7	3,7	0,0	1,4	0,0	100,0	42.617
2012													
Irecê	25,1	5,8	60,3	3,3	0,0	0,0	0,9	1,2	0,0	0,0	3,4	100,0	882
Velho Chico	24,3	9,1	22,3	7,2	5,3	10,3	0,0	21,6	0,0	0,0	0,0	100,0	848
Chapada Diamantina	24,3	0,0	49,0	0,0	18,1	0,0	8,5	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	761
Sisal	34,9	12,4	20,4	20,9	1,2	0,0	7,7	2,6	0,0	0,0	0,0	100,0	2.430
Litoral Sul	24,0	19,8	11,3	16,0	21,1	2,4	1,1	1,3	1,0	1,9	0,0	100,0	4.680
Baixo Sul	55,4	17,8	20,1	1,6	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1.604
Extremo Sul	35,4	2,1	0,0	40,4	8,6	0,0	0,0	0,0	0,0	13,5	0,0	100,0	1.303
Médio Sudoeste da Bahia	21,8	8,8	8,5	24,4	0,0	0,0	0,0	36,5	0,0	0,0	0,0	100,0	990
Vale do Jequiricá	30,4	0,0	29,0	0,0	0,0	0,0	0,0	40,6	0,0	0,0	0,0	100,0	875
Sertão do São Francisco	18,6	18,5	58,7	0,0	0,0	0,0	0,0	4,1	0,0	0,0	0,0	100,0	2.154
Bacia do Rio Grande	13,9	22,1	37,7	20,2	0,0	0,0	0,0	6,1	0,0	0,0	0,0	100,0	1.438
Bacia do Paramirim	20,8	42,7	18,7	0,0	0,0	0,0	5,4	0,0	3,0	0,0	9,3	100,0	985
Sertão Produtivo	30,8	38,0	21,5	1,4	0,0	3,2	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	2.863
Piemonte do Paraguaçu	25,6	7,0	26,4	36,4	0,0	3,8	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0	100,0	2.352
Bacia do Jacuípe	21,7	40,0	29,2	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	0,0	100,0	1.006
Piemonte da Diamantina	21,1	48,7	22,3	0,0	0,0	0,0	7,9	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1.041
Semiárido Nordeste II	17,2	2,1	41,3	27,0	0,0	0,0	10,7	1,7	0,0	0,0	0,0	100,0	1.149
Litoral Norte e Agreste Baiano	46,1	3,6	12,6	20,9	2,1	0,0	5,2	2,3	0,0	7,2	0,0	100,0	3.548
Portal do Sertão	15,1	1,2	0,0	23,2	3,3	23,3	16,8	10,9	6,3	0,0	0,0	100,0	1.900
Vitória da Conquista	45,0	4,6	13,3	25,1	0,0	0,0	12,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1.627
Recôncavo	33,5	24,3	17,4	11,1	13,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	2.495
Médio Rio das Contas	64,9	10,7	3,2	9,8	0,0	2,3	5,1	4,1	0,0	0,0	0,0	100,0	1.185
Bacia do Rio Corrente	35,6	9,5	38,5	0,0	0,0	0,0	6,9	9,5	0,0	0,0	0,0	100,0	621
Itaparica	35,5	15,0	4,2	9,4	1,3	33,2	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	100,0	1.585
Piemonte Norte do Itapicuru	48,3	30,1	21,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1.797
Metropolitana de Salvador	30,5	29,2	0,1	15,6	4,1	12,0	2,4	1,4	3,4	1,0	0,2	100,0	14.953
Costa do Descobrimento	0,0	31,9	17,7	0,0	33,8	0,0	0,0	0,0	16,6	0,0	0,0	100,0	740
Bahia	30,8	19,9	15,5	14,1	4,7	5,5	3,3	3,3	1,4	1,3	0,3	100,0	57.812

Fonte: SUPROF/Secretaria de Educação - Bahia

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados de 2012 recebidos por e-mail em 26/06/2012

**T4. Distribuição das matrículas da rede estadual de educação profissional por sexo
Bahia 2007 e 2010 (em %)**

Territórios de Identidade	2007		2010	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Irecê	37,1	62,9	42,1	57,9
Velho Chico	29,1	70,9	44,4	55,6
Chapada Diamantina	41,1	58,9	58,8	41,2
Sisal	56,5	43,5	65,6	34,4
Litoral Sul	60,8	39,2	63,2	36,8
Baixo Sul	-	-	61,5	38,5
Extremo Sul	58,3	41,7	64,8	35,2
Médio Sudoeste da Bahia	-	-	57,7	42,3
Vale do Jequiriçá	50,0	50,0	58,2	41,8
Sertão do São Francisco	52,1	47,9	60,1	39,9
Bacia do Rio Grande	-	-	52,4	47,6
Bacia do Paramirim	-	-	57,9	42,1
Sertão Produtivo	28,0	72,0	62,0	38,0
Piemonte do Paraguaçu	26,4	73,6	57,1	42,9
Bacia do Jacuípe	-	-	64,3	35,7
Piemonte da Diamantina	58,8	41,2	64,8	35,2
Semiárido Nordeste II	32,6	67,4	52,5	47,5
Litoral Norte e Agreste Baiano	41,9	58,1	63,7	36,3
Portal do Sertão	41,5	58,5	56,1	43,9
Vitória da Conquista	51,6	48,4	60,5	39,5
Recôncavo	-	-	58,5	41,5
Médio Rio das Contas	67,6	32,4	68,7	31,3
Bacia do Rio Corrente	24,0	76,0	57,0	43,0
Itaparica	27,4	72,6	41,2	58,8
Piemonte Norte do Itapicuru	60,0	40,0	68,4	31,6
Metropolitana de Salvador	50,1	49,9	62,8	37,2
Costa do Descobrimento	-	-	54,5	45,5
Total	47,4	52,6	60,2	39,8
Total (em nºs absolutos)	4.732	4.263	14.210	21.467

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

T5. Distribuição das matrículas na rede estadual de educação profissional por faixa etária
Bahia 2007 e 2010 (em %)

Territórios de Identidade	2007										2010										
	Até 9 anos	10 a 13 anos	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 64 anos	65 a 79 anos	Total	Total (em n ^{os} absolutos)	Até 9 anos	10 a 13 anos	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 64 anos	65 a 79 anos	80 anos ou mais	Total	Total (em n ^{os} absolutos)
Irecê	0,0	0,0	18,3	69,3	6,4	5,8	0,3	0,0	100,0	345	0,0	0,7	33,0	42,8	9,5	14,0	0,0	0,0	0,0	100,0	285
Velho Chico	0,0	0,0	44,9	50,2	2,8	2,2	0,0	0,0	100,0	323	0,0	0,3	35,9	42,4	10,7	10,1	0,8	0,0	0,0	100,0	786
Chapada Diamantina	0,0	0,0	32,1	58,9	5,4	3,6	0,0	0,0	100,0	56	0,0	0,2	48,7	35,5	6,6	8,5	0,6	0,0	0,0	100,0	519
Sisal	0,0	0,0	0,6	68,2	18,2	12,3	0,6	0,0	100,0	154	0,1	0,2	35,3	38,1	10,6	15,2	0,6	0,0	0,0	100,0	1.086
Litoral Sul	0,0	0,0	2,0	35,3	24,5	34,3	3,9	0,0	100,0	102	0,0	0,1	42,9	33,5	8,0	14,1	1,2	0,1	0,0	100,0	2.279
Baixo Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0,5	70,3	23,7	3,1	2,3	0,0	0,0	0,0	100,0	864
Extremo Sul	1,0	1,0	69,6	25,5	1,0	2,0	0,0	0,0	100,0	204	0,0	0,2	68,7	19,9	4,2	6,9	0,2	0,0	0,0	100,0	1.079
Médio Sudoeste da Bahia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	54,3	30,0	5,1	10,3	0,2	0,0	0,0	100,0	506
Vale do Jequiricá	0,0	0,0	83,3	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	150	0,0	1,2	61,2	37,0	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	100,0	335
Sertão do São Francisco	0,0	0,1	20,9	50,6	12,8	15,0	0,6	0,0	100,0	1.061	0,0	0,1	48,8	33,5	8,1	8,9	0,6	0,0	0,0	100,0	1.230
Bacia do Rio Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,1	57,7	29,7	4,3	7,7	0,4	0,0	0,1	100,0	1.282
Bacia do Paramirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,4	48,2	36,5	7,9	6,7	0,2	0,0	0,0	100,0	832
Sertão Produtivo	0,0	0,0	68,0	31,0	1,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100	0,0	0,0	61,3	29,7	3,0	5,5	0,5	0,0	0,0	100,0	1.264
Piemonte do Paraguaçu	0,0	1,4	51,4	43,1	0,0	4,2	0,0	0,0	100,0	72	0,2	0,4	57,6	31,8	4,0	5,8	0,3	0,0	0,0	100,0	1.096
Bacia do Jacuípe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,2	39,0	48,4	7,5	4,7	0,2	0,0	0,0	100,0	572
Piemonte da Diamantina	0,0	0,0	69,6	30,0	0,4	0,0	0,0	0,0	100,0	503	0,0	0,0	54,3	30,4	4,8	9,6	0,8	0,0	0,0	100,0	602
Semiárido Nordeste II	0,0	0,6	25,8	52,2	10,1	11,2	0,0	0,0	100,0	178	0,0	0,0	39,8	43,8	9,5	6,4	0,5	0,0	0,0	100,0	598
Litoral Norte e Agreste Baiano	0,0	0,0	29,0	61,3	6,5	3,2	0,0	0,0	100,0	31	0,0	0,1	46,5	38,1	7,3	7,6	0,4	0,0	0,0	100,0	1.712
Portal do Sertão	0,0	0,0	5,3	62,9	20,4	11,0	0,3	0,1	100,0	1.834	0,0	0,0	14,7	48,0	19,4	17,1	0,7	0,0	0,0	100,0	2.074
Vitória da Conquista	0,0	0,0	71,2	17,9	4,3	6,0	0,5	0,0	100,0	184	0,4	0,4	45,6	25,9	10,8	15,4	1,5	0,0	0,0	100,0	1.063
Recôncavo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,1	65,7	25,6	3,3	5,0	0,3	0,0	0,0	100,0	1.110
Médio Rio das Contas	0,0	0,3	6,6	46,4	24,2	21,3	1,2	0,0	100,0	595	0,0	0,2	26,0	39,6	14,7	19,0	0,5	0,0	0,0	100,0	604
Bacia do Rio Corrente	0,0	0,0	46,3	49,6	2,5	1,7	0,0	0,0	100,0	121	0,1	0,1	31,6	40,8	12,5	14,0	0,7	0,0	0,0	100,0	686
Itaparica	0,0	0,3	69,3	28,3	0,6	1,5	0,0	0,0	100,0	329	0,0	0,2	28,9	38,2	15,0	17,1	0,7	0,0	0,0	100,0	1.296
Piemonte Norte do Itapicuru	0,0	0,0	10,0	30,0	13,3	46,7	0,0	0,0	100,0	30	0,0	0,7	22,8	41,2	15,7	18,8	0,8	0,0	0,0	100,0	1.608
Metropolitana de Salvador	0,0	0,0	31,8	40,9	10,9	15,0	1,4	0,0	100,0	2.623	0,1	0,2	30,5	32,5	12,4	21,3	2,8	0,1	0,0	100,0	10.199
Costa do Descobrimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,6	0,0	75,5	20,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	110
Total	0,0	0,1	29,1	46,8	11,9	11,4	0,7	0,0	100,0	8.995	0,1	0,2	40,3	34,4	9,9	13,8	1,2	0,0	0,0	100,0	35.677

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

T6. Distribuição das matrículas da rede estadual de educação profissional por cor

Bahia 2010 (em %)

Territórios de Identidade	2007							2010								
	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total	Total (em n ^{os} absolutos)	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total	Total (em n ^{os} absolutos)
Irecê	56,2	0,9	1,4	41,4	0,0	0,0	100,0	345	57,9	6,0	6,7	29,5	0,0	0,0	100,0	285
Velho Chico	43,3	17,0	4,6	34,7	0,0	0,3	100,0	323	53,3	8,1	6,9	31,2	0,1	0,4	100,0	786
Chapada Diamantina	80,4	1,8	0,0	17,9	0,0	0,0	100,0	56	46,6	3,3	1,5	48,6	0,0	0,0	100,0	519
Sisal	89,0	2,6	1,9	6,5	0,0	0,0	100,0	154	40,3	5,8	4,2	49,5	0,1	0,0	100,0	1.086
Litoral Sul	66,7	0,0	3,9	29,4	0,0	0,0	100,0	102	39,4	4,7	11,5	43,7	0,2	0,6	100,0	2.279
Baixo Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	32,8	7,6	11,3	47,9	0,2	0,1	100,0	864
Extremo Sul	91,2	2,5	2,5	3,9	0,0	0,0	100,0	204	64,9	5,1	3,1	26,8	0,2	0,0	100,0	1.079
Médio Sudoeste da Bahia	-	-	-	-	-	-	-	-	23,9	6,5	2,4	66,2	0,6	0,4	100,0	506
Vale do Jequiricá	32,7	12,0	14,7	40,7	0,0	0,0	100,0	150	26,3	10,1	13,4	50,1	0,0	0,0	100,0	335
Sertão do São Francisco	38,6	1,5	0,9	58,9	0,0	0,0	100,0	1.061	36,1	5,2	2,1	56,0	0,4	0,2	100,0	1.230
Bacia do Rio Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	60,5	6,4	2,7	29,7	0,4	0,3	100,0	1.282
Bacia do Paramirim	-	-	-	-	-	-	-	-	47,5	11,1	1,9	39,3	0,2	0,0	100,0	832
Sertão Produtivo	87,0	6,0	0,0	7,0	0,0	0,0	100,0	100	45,4	18,0	2,8	33,8	0,0	0,0	100,0	1.264
Piemonte do Paraguaçu	70,8	1,4	9,7	18,1	0,0	0,0	100,0	72	49,2	9,1	8,9	32,5	0,2	0,2	100,0	1.096
Bacia do Jacuípe	-	-	-	-	-	-	-	-	64,3	5,4	6,5	23,4	0,0	0,3	100,0	572
Piemonte da Diamantina	21,1	17,5	2,6	58,8	0,0	0,0	100,0	503	43,5	11,0	6,5	39,0	0,0	0,0	100,0	602
Semiárido Nordeste II	83,1	5,6	1,1	10,1	0,0	0,0	100,0	178	72,6	5,7	2,7	18,9	0,2	0,0	100,0	598
Litoral Norte e Agreste Baiano	25,8	38,7	12,9	22,6	0,0	0,0	100,0	31	44,6	3,6	6,3	45,4	0,1	0,1	100,0	1.712
Portal do Sertão	92,7	1,1	1,6	4,5	0,0	0,2	100,0	1.834	34,3	10,1	19,2	35,9	0,3	0,1	100,0	2.074
Vitória da Conquista	13,6	5,4	10,3	70,7	0,0	0,0	100,0	184	27,7	15,1	5,6	50,8	0,8	0,0	100,0	1.063
Recôncavo	-	-	-	-	-	-	-	-	50,5	4,5	11,6	33,2	0,2	0,1	100,0	1.110
Médio Rio das Contas	86,7	2,7	0,8	9,7	0,0	0,0	100,0	595	61,3	5,1	3,8	29,6	0,2	0,0	100,0	604
Bacia do Rio Corrente	38,0	23,1	10,7	28,1	0,0	0,0	100,0	121	43,3	14,1	2,9	39,4	0,3	0,0	100,0	686
Itaparica	78,4	5,2	0,3	15,8	0,0	0,3	100,0	329	29,5	7,0	1,2	61,7	0,0	0,5	100,0	1.296
Piemonte Norte do Itapicuru	93,3	0,0	3,3	3,3	0,0	0,0	100,0	30	30,3	4,6	1,3	63,7	0,0	0,0	100,0	1.608
Metropolitana de Salvador	75,1	2,2	7,1	15,5	0,0	0,0	100,0	2.623	51,2	3,5	11,5	33,0	0,7	0,2	100,0	10.199
Costa do Descobrimento	-	-	-	-	-	-	-	-	58,2	8,2	3,6	30,0	0,0	0,0	100,0	110
Total	68,6	4,1	3,8	23,4	0,0	0,1	100,0	8.995	45,7	6,4	7,9	39,5	0,3	0,2	100,0	35.677

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

T7. Distribuição das matrículas na rede estadual de educação profissional por

Território de Identidade

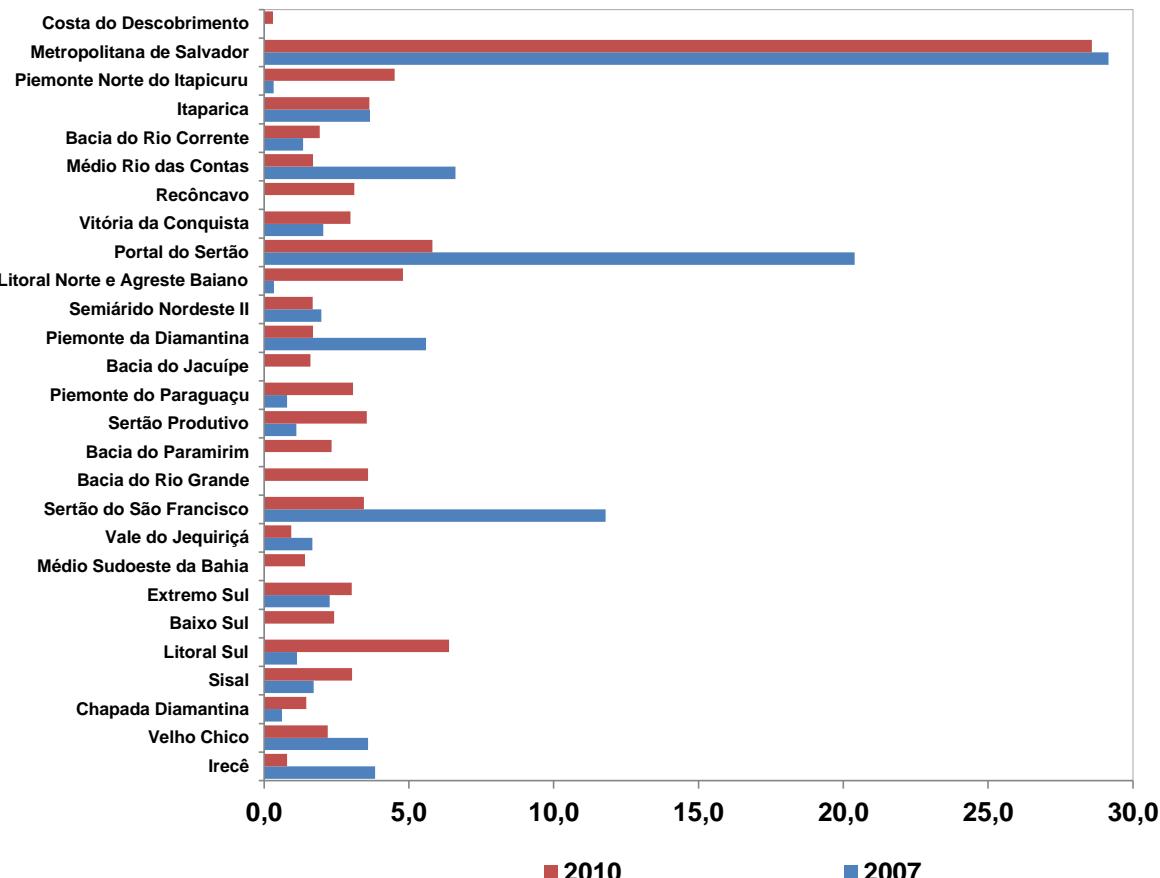
Bahia 2007 e 2010

Territórios de Identidade	2007		2010	
	Em n ^{os} abs.	Em %	Em n ^{os} abs.	Em %
Irecê	345	3,8	285	0,8
Velho Chico	323	3,6	786	2,2
Chapada Diamantina	56	0,6	519	1,5
Sisal	154	1,7	1.086	3,0
Litoral Sul	102	1,1	2.279	6,4
Baixo Sul	-	0,0	864	2,4
Extremo Sul	204	2,3	1.079	3,0
Médio Sudoeste da Bahia	-	0,0	506	1,4
Vale do Jequiriçá	150	1,7	335	0,9
Sertão do São Francisco	1.061	11,8	1.230	3,4
Bacia do Rio Grande	-	0,0	1.282	3,6
Bacia do Paramirim	-	0,0	832	2,3
Sertão Produtivo	100	1,1	1.264	3,5
Piemonte do Paraguaçu	72	0,8	1.096	3,1
Bacia do Jacuípe	-	0,0	572	1,6
Piemonte da Diamantina	503	5,6	602	1,7
Semiárido Nordeste II	178	2,0	598	1,7
Litoral Norte e Agreste Baiano	31	0,3	1.712	4,8
Portal do Sertão	1.834	20,4	2.074	5,8
Vitória da Conquista	184	2,0	1.063	3,0
Recôncavo	-	0,0	1.110	3,1
Médio Rio das Contas	595	6,6	604	1,7
Bacia do Rio Corrente	121	1,3	686	1,9
Itaparica	329	3,7	1.296	3,6
Piemonte Norte do Itapicuru	30	0,3	1.608	4,5
Metropolitana de Salvador	2.623	29,2	10.199	28,6
Costa do Descobrimento	-	0,0	110	0,3
Total	8.995	100,0	35.677	100,0

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

**Gráfico 01 - Distribuição das matrículas na rede estadual de educação profissional por Território de Identidade
Bahia 2007 e 2010 (em %)**



**T8. Número de estabelecimentos da rede estadual de educação profissional
Bahia 2007 e 2010**

Territórios de identidade	2007		2010	
	Em n ^{os} abs.	Em %	Em n ^{os} abs.	Em %
Irecê	1	2,4	3	2,1
Velho Chico	3	7,1	6	4,1
Chapada Diamantina	1	2,4	3	2,1
Sisal	2	4,8	7	4,8
Litoral Sul	1	2,4	8	5,5
Baixo Sul	-	0,0	5	3,4
Extremo Sul	2	4,8	6	4,1
Médio Sudoeste da Bahia	-	0,0	3	2,1
Vale do Jequiriçá	1	2,4	3	2,1
Sertão do São Francisco	3	7,1	6	4,1
Bacia do Rio Grande	-	0,0	5	3,4
Bacia do Paramirim	-	0,0	3	2,1
Sertão Produtivo	1	2,4	4	2,7
Piemonte do Paraguaçu	1	2,4	5	3,4
Bacia do Jacuípe	-	0,0	3	2,1
Piemonte da Diamantina	1	2,4	3	2,1
Semiárido Nordeste II	2	4,8	3	2,1
Litoral Norte e Agreste Baiano	1	2,4	6	4,1
Portal do Sertão	4	9,5	6	4,1
Vitória da Conquista	1	2,4	3	2,1
Recôncavo	-	0,0	7	4,8
Médio Rio das Contas	2	4,8	2	1,4
Bacia do Rio Corrente	2	4,8	3	2,1
Itaparica	1	2,4	3	2,1
Piemonte Norte do Itapicuru	1	2,4	2	1,4
Metropolitana de Salvador	11	26,2	36	24,7
Costa do Descobrimento	-	0,0	2	1,4
Total	42	100,0	146	100,0

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

**T09. Número e proporção de docentes com licenciatura e bacharelado no total de docentes da rede estadual de educação profissional
Bahia 2007 e 2010**

Territórios de identidade	2007		2010	
	Em n ^{os} abs.	Em %	Em n ^{os} abs.	Em %
Irecê	8	75,0	44	47,7
Velho Chico	13	100,0	42	26,2
Chapada Diamantina	6	50,0	51	29,4
Sisal	19	52,6	111	48,6
Litoral Sul	4	75,0	161	64,6
Baixo Sul	3	100,0	105	41,0
Extremo Sul	25	84,0	109	55,0
Médio Sudoeste da Bahia	1	100,0	74	67,6
Vale do Jequiriçá	17	94,1	42	54,8
Sertão do São Francisco	49	95,9	90	71,1
Bacia do Rio Grande	1	100,0	69	59,4
Bacia do Paramirim	-	0,0	55	45,5
Sertão Produtivo	8	100,0	118	74,6
Piemonte do Paraguaçu	7	71,4	76	46,1
Bacia do Jacuípe	1	100,0	34	67,6
Piemonte da Diamantina	26	92,3	54	51,9
Semiárido Nordeste II	23	87,0	36	27,8
Litoral Norte e Agreste Baiano	18	55,6	155	72,9
Portal do Sertão	139	83,5	90	78,9
Vitória da Conquista	34	97,1	61	65,6
Recôncavo	2	100,0	111	76,6
Médio Rio das Contas	9	77,8	34	52,9
Bacia do Rio Corrente	16	62,5	47	25,5
Itaparica	18	100,0	73	86,3
Piemonte Norte do Itapicuru	3	100,0	49	51,0
Metropolitana de Salvador	187	99,5	1.012	83,8
Costa do Descobrimento	-	0,0	21	66,7
Total	637	89,0	2.924	67,9

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Um professor pode lecionar em mais de um território

b) Um professor pode lecionar em mais de um tipo de oferta

T10. Dependências dos estabelecimentos da rede estadual de educação profissional técnica

Bahia 2007 e 2010

Territórios de identidade	Sala da diretoria	Sala de professores	Sala de informática	Laboratório de ciências	Recursos multifuncionais AEE	Quadra de esportes	Cozinha	Biblioteca	Sala de leitura	Sanitário fora do prédio	Sanitário dentro do prédio	Sanitário adequado às pessoas com deficiência	Dependência e vias adequadas para as pessoas com deficiências	Total	Total (em nºs absolutos)
2007															
Irecê	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	1
Velho Chico	100,0	100,0	33,3	0,0	0,0	66,7	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	3
Chapada Diamantina	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	1
Sisal	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	2
Litoral Sul	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	1
Baixo Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extremo Sul	100,0	100,0	100,0	50,0	0,0	50,0	100,0	100,0	0,0	50,0	100,0	50,0	50,0	100,0	2
Médio Sudoeste da Bahia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale do Jequiriçá	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	1
Sertão do São Francisco	100,0	66,7	66,7	0,0	0,0	66,7	66,7	66,7	0,0	33,3	100,0	0,0	0,0	100,0	3
Bacia do Rio Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bacia do Paramirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sertão Produtivo	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	1
Piemonte do Paraguaçu	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	1
Bacia do Jacuípe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte da Diamantina	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1
Semiárido Nordeste II	100,0	100,0	100,0	100,0	50,0	100,0	50,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	50,0	100,0	2
Litoral Norte e Agreste Baiano	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	1
Portal do Sertão	100,0	100,0	100,0	75,0	25,0	100,0	75,0	100,0	0,0	50,0	100,0	75,0	75,0	100,0	4
Vitória da Conquista	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	1
Recôncavo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médio Rio das Contas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	50,0	50,0	100,0	2
Bacia do Rio Corrente	50,0	50,0	50,0	0,0	0,0	50,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	2
Itaparica	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0	100,0	1
Piemonte Norte do Itapicuru	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	1
Metropolitana de Salvador	100,0	100,0	90,9	72,7	27,3	81,8	90,9	90,9	0,0	9,1	100,0	36,4	18,2	100,0	11
Costa do Descobrimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	95,2	88,1	76,2	45,2	21,4	78,6	88,1	90,5	0,0	21,4	100,0	28,6	23,8	100,0	42
2010															
Irecê	66,7	100,0	66,7	0,0	0,0	100,0	100,0	66,7	33,3	33,3	100,0	33,3	33,3	100,0	3
Velho Chico	83,3	66,7	66,7	50,0	16,7	33,3	83,3	66,7	16,7	33,3	100,0	33,3	33,3	100,0	6
Chapada Diamantina	100,0	66,7	100,0	33,3	0,0	66,7	100,0	33,3	33,3	33,3	100,0	66,7	33,3	100,0	3
Sisal	100,0	85,7	100,0	42,9	0,0	85,7	71,4	100,0	0,0	42,9	100,0	28,6	28,6	100,0	7
Litoral Sul	87,5	75,0	87,5	50,0	0,0	50,0	100,0	75,0	25,0	25,0	100,0	62,5	12,5	100,0	8
Baixo Sul	100,0	100,0	100,0	80,0	20,0	100,0	100,0	100,0	20,0	20,0	100,0	60,0	60,0	100,0	5
Extremo Sul	100,0	100,0	100,0	66,7	0,0	83,3	50,0	83,3	0,0	50,0	100,0	50,0	16,7	100,0	6
Médio Sudoeste da Bahia	100,0	100,0	66,7	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	66,7	33,3	100,0	3
Vale do Jequiriçá	100,0	100,0	100,0	66,7	0,0	66,7	100,0	66,7	33,3	33,3	100,0	0,0	0,0	100,0	3
Sertão do São Francisco	100,0	100,0	100,0	33,3	16,7	100,0	83,3	83,3	16,7	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	6
Bacia do Rio Grande	100,0	80,0	100,0	40,0	0,0	60,0	100,0	80,0	0,0	20,0	100,0	60,0	40,0	100,0	5
Bacia do Paramirim	100,0	100,0	66,7	33,3	0,0	33,3	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	3
Sertão Produtivo	100,0	100,0	100,0	75,0	0,0	100,0	100,0	100,0	25,0	0,0	100,0	75,0	50,0	100,0	4
Piemonte do Paraguaçu	100,0	80,0	80,0	60,0	20,0	80,0	100,0	100,0	40,0	20,0	100,0	20,0	0,0	100,0	5
Bacia do Jacuípe	66,7	100,0	100,0	33,3	0,0	33,3	100,0	66,7	0,0	0,0	100,0	66,7	66,7	100,0	3
Piemonte da Diamantina	100,0	100,0	100,0	66,7	0,0	66,7	100,0	66,7	33,3	0,0	66,7	100,0	66,7	66,7	100,0
Semiárido Nordeste II	100,0	100,0	100,0	33,3	33,3	100,0	66,7	66,7	33,3	0,0	100,0	66,7	66,7	100,0	3
Litoral Norte e Agreste Baiano	66,7	83,3	83,3	66,7	0,0	66,7	100,0	83,3	0,0	16,7	100,0	50,0	16,7	100,0	6
Portal do Sertão	100,0	100,0	100,0	50,0	0,0	83,3	83,3	100,0	0,0	33,3	100,0	66,7	16,7	100,0	6
Vitória da Conquista	100,0	100,0	100,0	33,3	0,0	33,3	100,0	33,3	33,3	33,3	100,0	0,0	33,3	100,0	3
Recôncavo	100,0	100,0	100,0	71,4	28,6	100,0	100,0	100,0	57,1	14,3	100,0	28,6	28,6	100,0	7
Médio Rio das Contas	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	50,0	100,0	2
Bacia do Rio Corrente	100,0	100,0	66,7	66,7	0,0	100,0	100,0	100,0	33,3	0,0	100,0	0,0	33,3	100,0	3
Itaparica	100,0	66,7	100,0	33,3	0,0	100,0	33,3	66,7	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Piemonte Norte do Itapicuru	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	50,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	2
Metropolitana de Salvador	100,0	97,2	91,7	75,0	11,1	88,9	88,9	94,4	30,6	19,4	91,7	41,7	30,6	100,0	36
Costa do Descobrimento	100,0	100,0	100,0	50,0	0,0	100,0	100,0	50,0	50,0	0,0	100,0	50,0	50,0	100,0	2
Total	95,9	92,5	91,8	58,2	7,5	79,5	89,7	85,6	21,2	21,2	96,6	43,2	30,1	100,0	146

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

**T11. Equipamentos dos estabelecimentos da rede estadual de educação profissional técnica
Bahia 2007 e 2010**

Territórios de identidade	Televisão	Videocassete	DVD	Antena Parabólica	Fotocopiadora	Retroprojetor	Impressora	Computadores	Total	Total
2007										
Irecê	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1
Velho Chico	100,0	100,0	66,7	66,7	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Chapada Diamantina	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	1
Sisal	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2
Litoral Sul	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1
Baixo Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extremo Sul	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2
Médio Sudoeste da Bahia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale do Jequiriçá	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1
Sertão do São Francisco	66,7	66,7	66,7	66,7	0,0	66,7	100,0	100,0	100,0	3
Bacia do Rio Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bacia do Paramirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sertão Produtivo	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1
Piemonte do Paraguaçu	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1
Bacia do Jacuípe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte da Diamantina	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1
Semiárido Nordeste II	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2
Litoral Norte e Agreste Baiano	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	1
Portal do Sertão	100,0	100,0	100,0	75,0	50,0	100,0	100,0	100,0	100,0	4
Vitória da Conquista	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1
Recôncavo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médio Rio das Contas	100,0	50,0	100,0	100,0	50,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2
Bacia do Rio Corrente	100,0	50,0	100,0	50,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2
Itaparica	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1
Piemonte Norte do Itapicuru	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1
Metropolitana de Salvador	90,9	90,9	81,8	27,3	81,8	90,9	90,9	100,0	100,0	11
Costa do Descobrimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	95,2	88,1	85,7	66,7	42,9	90,5	97,6	100,0	100,0	42
2010										
Irecê	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Velho Chico	66,7	66,7	83,3	83,3	50,0	100,0	100,0	100,0	100,0	6
Chapada Diamantina	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	66,7	100,0	3
Sisal	100,0	85,7	100,0	85,7	42,9	85,7	100,0	100,0	100,0	7
Litoral Sul	100,0	25,0	75,0	50,0	50,0	75,0	100,0	100,0	100,0	8
Baixo Sul	80,0	40,0	100,0	80,0	60,0	80,0	100,0	100,0	100,0	5
Extremo Sul	100,0	66,7	100,0	100,0	50,0	83,3	100,0	100,0	100,0	6
Médio Sudoeste da Bahia	66,7	33,3	66,7	33,3	33,3	33,3	66,7	66,7	100,0	3
Vale do Jequiriçá	100,0	66,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Sertão do São Francisco	100,0	66,7	100,0	83,3	33,3	83,3	83,3	100,0	100,0	6
Bacia do Rio Grande	100,0	80,0	100,0	80,0	60,0	100,0	100,0	100,0	100,0	5
Bacia do Paramirim	100,0	100,0	100,0	100,0	66,7	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Sertão Produtivo	100,0	100,0	100,0	100,0	75,0	100,0	100,0	100,0	100,0	4
Piemonte do Paraguaçu	100,0	80,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	5
Bacia do Jacuípe	100,0	66,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Piemonte da Diamantina	100,0	100,0	100,0	66,7	100,0	100,0	100,0	66,7	100,0	3
Semiárido Nordeste II	100,0	100,0	100,0	66,7	33,3	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Litoral Norte e Agreste Baiano	100,0	83,3	100,0	100,0	83,3	100,0	100,0	100,0	100,0	6
Portal do Sertão	100,0	83,3	100,0	66,7	83,3	83,3	100,0	100,0	100,0	6
Vitória da Conquista	100,0	100,0	100,0	66,7	66,7	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Recôncavo	100,0	57,1	71,4	42,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	7
Médio Rio das Contas	100,0	50,0	100,0	100,0	50,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2
Bacia do Rio Corrente	100,0	100,0	100,0	100,0	33,3	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Itaparica	100,0	33,3	100,0	100,0	66,7	100,0	100,0	100,0	100,0	3
Piemonte Norte do Itapicuru	100,0	100,0	50,0	0,0	50,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2
Metropolitana de Salvador	94,4	72,2	91,7	66,7	94,4	88,9	94,4	100,0	100,0	36
Costa do Descobrimento	100,0	50,0	100,0	50,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2
Total	95,9	71,9	93,2	76,0	74,0	91,1	97,3	97,9	100,0	146

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

Anexo 3

Quadro síntese das atividades realizadas (cursos, seminários, fóruns e oficinas) no âmbito do Convênio Secretaria da Educação/SUPROF nº 524/2008 – DIEESE de 2009 a 2011

**ANEXO 4 - QUADRO SÍNTESE DAS ATIVIDADES REALIZADAS (CURSOS,
SEMINÁRIOS, FÓRUNS E OFICINAS) NO ÂMBITO DO CONVÊNIO SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO/SUPROF Nº 524/2008 – DIEESE DE 2009 a 2011**

Atividade	Público	Data	Local
I Curso de Gestores dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional	Gestores dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional, Técnicos do DIEESE e da SUPROF	21 a 25 de setembro/09	Salvador
II Curso de Gestores dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional	Gestores dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional, Técnicos do DIEESE e da SUPROF	16 a 20 de novembro/09	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 01 - Módulo I	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia e Técnicos do DIEESE	11 a 13 de maio/10	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 02 - Módulo I	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	07 a 09 de junho/10	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 03 - Módulo I	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	08 a 10 de junho	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 04 - Módulo I	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	09 a 11 de junho/10	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 05 - Módulo I	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	26 a 28 de julho/10	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 06 - Módulo I	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	27 a 29 de julho/10	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 07 - Módulo I	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	28 a 30 de julho/10	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 01 - Módulo II	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia e Técnicos do DIEESE	10 a 12 de agosto/10	Salvador
I Oficina Metodológica de Construção de Indicadores da Educação Profissional da Bahia	Equipe de Técnicos do DIEESE e Consultores	19 a 20 de agosto/10	São Paulo

ANEXO 4 - QUADRO SÍNTESE DAS ATIVIDADES REALIZADAS (CURSOS, SEMINÁRIOS, FÓRUNS E OFICINAS) NO ÂMBITO DO CONVÊNIO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF Nº 524/2008 – DIEESE DE 2009 a 2011

Atividade	Público	Data	Local
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 02 - Módulo II	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	23 a 25 de agosto/10	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 03 - Módulo II	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	24 a 26 de agosto/10	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 04 - Módulo II	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	25 a 27 de agosto/10	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 05 - Módulo II	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	20 a 22 de setembro/10	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 06 - Módulo II	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	21 a 23 de setembro/10	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 07 - Módulo II	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	22 a 24 de setembro/10	Salvador
1ª Oficina: Apresentação do Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional	Gestores da SUPROF e Técnicos do DIEESE	05 e 06 de novembro/10	Salvador
2ª Oficina: Intercâmbio sobre Modelos de Gestão entre as Redes Estaduais de Educação Profissional – Bahia, Ceará e Paraná	Gestores da SUPROF e Técnicos do DIEESE	26 e 27 de novembro/10	Salvador
1ª sessão do Fórum de Educação Profissional da Bahia	Membros do Fórum de Educação Profissional, Gestores da SUPROF e Técnicos do DIEESE	16 e 17 de dezembro/10	Salvador
Seminário "Trabalho, Educação e Desenvolvimento"	Membros do Fórum de Educação Profissional, Gestores da SUPROF e Técnicos do DIEESE	16 e 17 de dezembro/10	Salvador
2ª sessão do Fórum de Educação Profissional da Bahia	Membros do Fórum de Educação Profissional, Gestores da SUPROF e Técnicos do DIEESE	06 e 07 de abril/11	Salvador

ANEXO 4 - QUADRO SÍNTESE DAS ATIVIDADES REALIZADAS (CURSOS, SEMINÁRIOS, FÓRUNS E OFICINAS) NO ÂMBITO DO CONVÊNIO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF Nº 524/2008 – DIEESE DE 2009 a 2011

Atividade	Público	Data	Local
Seminário: “Educação Profissional da Bahia: Das Dimensões Estratégicas do Desenvolvimento às Diretrizes do Plano Decenal de Educação”	Membros do Fórum de Educação Profissional, Gestores da SUPROF e Técnicos do DIEESE	06 e 07 de abril/11	Salvador
III Curso de Gestores dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional	Gestores dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional, Técnicos do DIEESE e da SUPROF	06 a 10 de junho/11	Salvador
Seminário “Experiências e Metodologias em Educação Profissional”	Membros do Fórum de Educação Profissional, Gestores da SUPROF e Técnicos do DIEESE	04 e 05 de agosto/11	Salvador
3ª sessão do Fórum de Educação Profissional da Bahia	Membros do Fórum de Educação Profissional, Gestores da SUPROF e Técnicos do DIEESE	04 e 05 de agosto/11	Salvador
II Oficina Metodológica de Construção de Indicadores da Educação Profissional da Bahia	Equipe de Técnicos do DIEESE e Consultores	21 a 23 de setembro/11	Salvador
Oficina Metodológica do Diálogo Social no TI do Recôncavo	Atores Sociais (trabalhadores, empresários, poder público e sociedade civil) equipe de Técnicos do DIEESE e Consultores	19 a 21 de outubro/11	Santo Antônio de Jesus
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 08 - Módulo Único	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	24 a 28 de outubro/11	Salvador
Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia - Turma 09 - Módulo Único	Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia	25 a 29 de outubro/11	Salvador
Seminário "Expansão da Educação Profissional na Bahia e no Brasil: Programas e Indicadores"	Membros do Fórum de Educação Profissional, Gestores da SUPROF e Técnicos do DIEESE	21 de dezembro/11	Salvador
4ª sessão do Fórum de Educação Profissional da Bahia	Membros do Fórum de Educação Profissional, Gestores da SUPROF e Técnicos do DIEESE	21 de dezembro/11	Salvador